



**Demonstrações Financeiras Consolidadas
Preparadas de acordo com práticas contábeis
adotadas no Brasil**

Banco Santander (Brasil) S.A.

31 de Março de 2012



ÍNDICE

Pág.

Comentário de Desempenho	1
Relatório dos Auditores Independentes	14
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	16
Demonstração dos Resultados	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
Demonstração do Valor Adicionado	23
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	24
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Financeiras	24
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	24
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	27
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	28
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	37
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas	38
Nota 9 . Carteira de Câmbio	41
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores	41
Nota 11 . Créditos Tributários	41
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos	43
Nota 13 . Dependências no Exterior	43
Nota 14 . Participações em Coligadas e Controladas	44
Nota 15 . Imobilizado de Uso	45
Nota 16 . Intangível	46
Nota 17 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses	46
Nota 18 . Fiscais e Previdenciárias	48
Nota 19 . Dívidas Subordinadas	49
Nota 20 . Outras Obrigações - Diversas	49
Nota 21 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	50
Nota 22 . Patrimônio Líquido	52
Nota 23 . Limites Operacionais	53
Nota 24 . Partes Relacionadas	53
Nota 25 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	57
Nota 26 . Despesas de Pessoal	57
Nota 27 . Outras Despesas Administrativas	57
Nota 28 . Despesas Tributárias	58
Nota 29 . Outras Receitas Operacionais	58
Nota 30 . Outras Despesas Operacionais	58
Nota 31 . Resultado não Operacional	58
Nota 32 . Imposto de Renda e Contribuição Social	58
Nota 33 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego	59
Nota 34 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	63
Nota 35 . Informações Complementares - Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do Consolidado	65
Nota 36 . Reestruturação Societária	67
Nota 37 . Outras Informações	67

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2012, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/vri.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre estas demonstrações e as demonstrações financeiras de acordo com os padrões contábeis internacionais está apresentada na nota explicativa 35.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de março de 2012 foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vri.

• **Conjuntura Econômica**

O PIB de 2011, divulgado em março de 2012, mostrou que a economia brasileira desacelerou o ritmo de crescimento ao registrar evolução de 2,7% (em 2010, o crescimento havia sido de 7,5%).

No início de 2012, dados preliminares, como comércio e produção industrial, mostraram que a economia segue em ritmo moderado. Por um lado, a produção industrial mostra sinais claros de retração, consequência de uma junção de fatores: desaquecimento da demanda global, efeitos defasados da elevação dos juros no primeiro semestre de 2011 e principalmente, a

valorização cambial. Neste contexto, o governo anunciou medidas de incentivo à indústria que englobam ações cambiais, medidas tributárias, desoneração da folha de pagamento e estímulos à produção nacional através da ampliação da oferta de linhas de crédito. Por outro lado, o comércio segue com desempenho favorável, refletindo a expansão da demanda doméstica - em grande parte sustentada pelo dinamismo do mercado de trabalho. Em fevereiro, a taxa de desemprego foi de 5,7%, a menor taxa para o mês de fevereiro desde o início da série em 2002.

A inflação tem diminuído principalmente como consequência da queda de preços de alimentos. No acumulado até fevereiro a inflação ao consumidor (IPCA) alcançou 5,9% (frente aos 6,5% em 2011), o que possibilitou ao Banco Central manter o afrouxamento monetário. Assim, na reunião do Copom realizada em abril, a meta da taxa Selic foi reduzida para 9,00% a.a..

O estoque de crédito fornecido pelo sistema financeiro alcançou R\$2,0 trilhões em fevereiro, representando 48,8% do PIB. A evolução do crédito mostrou sinais de desaceleração por parte das empresas. Já na carteira a pessoas físicas, observou-se crescimento das operações, acompanhado de ligeira elevação na inadimplência, que atingiu 7,6% dos empréstimos, o que reflete em grande parte os efeitos sazonais do início do ano.

Mesmo com o cenário externo desfavorável, o Brasil registrou um superávit comercial nos 12 meses terminados em março de 2012, 29% acima do superávit registrado no mesmo período em 2011. As despesas líquidas com serviços e rendas se elevaram neste início de ano, resultando num déficit em conta corrente de US\$52,4 bilhões (2,1% do PIB) no acumulado até fevereiro. Por outro lado, o investimento estrangeiro direto manteve-se forte neste início de ano, totalizando US\$ 65,0 bilhões até fevereiro e continua mais do que compensando o déficit em conta corrente. A

turbulência nos mercados internacionais e principalmente as recentes medidas para evitar a apreciação cambial, parecem ter afetado parcialmente outras fontes de financiamento externo, como o investimento em carteira e algumas modalidades de capitais de curto prazo, mas em geral o acesso ao crédito internacional continua suficiente para financiar as necessidades externas do Brasil. As reservas internacionais se estabilizaram em patamar ligeiramente superior a US\$355 bilhões, constituindo “colchão” confortável contra a crise internacional. Porém, a combinação desses efeitos tem mantido o real sob alguma pressão, mantendo a taxa de câmbio acima de R\$1,80/US\$.

Elevadas receitas fiscais e controle mais apurado das despesas permitiram o setor público acumular um superávit primário de 3,3% do PIB nos doze meses encerrados em fevereiro de 2012, acima da meta de 3% do PIB para o ano. O esforço fiscal, combinado com as taxas de juros mais baixas e os efeitos do recente enfraquecimento da moeda (dado que o setor público é atualmente um credor líquido em moeda estrangeira), levou a dívida líquida do setor público para 37,5% do PIB no final de fevereiro, totalizando queda de 1,3 ponto percentual em 12 meses. A boa evolução das contas fiscais reforça a visão positiva sobre a economia brasileira, que tem sido capaz de suportar a turbulência da crise internacional sem riscos substanciais de problemas fiscais ou de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que preservou o crescimento econômico.

Desempenho

1. Resultados

O Banco Santander apresentou no período findo em 31 de março de 2012 um lucro líquido consolidado de R\$856 milhões, comparado com R\$ 1.013 milhões no mesmo período de 2011. Excluindo o impacto da despesa com

amortização de ágio de R\$909 milhões e R\$814 milhões, nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, o lucro líquido do período é de R\$ 1.765 milhões e R\$ 1.827 milhões, respectivamente.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil, que inclui as receitas de juros, variação cambial, recuperação de créditos baixados como prejuízo e outros, apresentou crescimento de 12,8% em 2012 na comparação com o mesmo período de 2011.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de março de 2012 é de R\$3.091 milhões e R\$2.142 milhões no mesmo período de 2011, na comparação interanual, a despesa cresceu 44,3%. O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,0% da carteira de crédito em março de 2012, comparado a 5,7% em março de 2011.

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 4,5% do total da carteira de crédito, mostrando elevação de 0,5p.p. em relação a março de 2011 e estabilidade quando comparado ao trimestre anterior.

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio cresceu 10,7% em 2012 na comparação com 2011, sendo que as despesas de pessoal cresceram 7,4% e as outras despesas administrativas aumentaram 12,1% ambas na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$415.630 milhões em 31 de março de 2012, que comparados a R\$401.753 milhões em março de 2011, apresentam um crescimento de 3,4%.

Em março de 2012, os ativos totais estão representados, principalmente, por: R\$199.333 milhões de carteira de crédito, R\$62.869 milhões de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, e R\$29.220 milhões de aplicações interfinanceiras de liquidez, e em março de

2011 correspondiam a R\$169.911 milhões, R\$92.802 milhões e R\$21.001 milhões, respectivamente.

Em 31 de março de 2012, o Banco Santander possui o montante de R\$945 milhões de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Mar/12	Mar/11	Var.	Dez/11	Var.
			Mar12xMar 11		Mar12xDez 11
Pessoa física	66.526	57.761	15,6%	65.620	1,4%
Financiamento ao consumo	36.402	30.249	20,3%	35.593	2,3%
Pequenas e Médias empresas	33.083	26.381	25,4%	31.868	3,8%
Grandes Empresas	63.323	55.719	13,6%	63.981	-1,0%
Total da Carteira	199.333	169.911	17,3%	197.062	1,2%

Em 31 de março de 2012 a carteira de crédito atingiu R\$199.333 milhões, apresentando um crescimento de 17,3% comparado com março de 2011.

Na evolução interanual, destaque para as operações com financiamento ao consumo e pequenas e médias empresas com crescimentos de 20,3% e 25,4% respectivamente.

Captações

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Mar/12	Mar/11	Var.	Dez/11	Var.
			Mar12xMar 11		Mar12xDez 11
Depósitos à vista	11.817	14.901	-20,7%	13.537	-12,7%
Depósitos de poupança	23.922	30.195	-20,8%	23.293	2,7%
Depósitos a Prazo	84.214	71.653	17,5%	82.097	2,6%
Debêntures/LCI/LCA ¹	43.418	38.342	13,2%	39.793	9,1%
Letras Financeiras	25.805	10.884	137,1%	20.552	25,6%
Captação de Clientes	189.176	165.975	14,0%	179.272	5,5%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

O total de captações de recursos alcançou R\$189 milhões em 31 de março de 2012, uma evolução de 14,0%, comparado com março de 2011.

Destaque para o crescimento interanual de 137,1% de Letras Financeiras e 17,5% em Depósitos a Prazo.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$66.105 milhões em 31 de março de 2012, comparado a R\$65.167 milhões em março de 2011.

A evolução do patrimônio líquido no período interanual é decorrente do resultado do período, e do ajuste positivo de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$149 milhões, reduzido parcialmente pela proposta de dividendos intermediários e intercalares de R\$ R\$ 1.625 milhões e juros sobre o capital próprio de R\$1.350 milhões.

Em 2012 foram adquiridas 1.960.000 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de março de 2012 é de 7.378.400 Units (2011 - 5.380.800), equivalente a R\$115.144 mil (2011 - R\$79.547 mil). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$14,10, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permaneciam em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante de R\$32.270 mil. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de março de 2012 era de R\$16,80 por Unit e US\$7,67 por ADR.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 31 de março de 2012, foram destacados juros sobre capital próprio no valor de R\$400 milhões e serão pagos em data a ser oportunamente informada.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a)

Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 24,0%, desconsiderando o efeito do ágio, conforme determinado pela regra internacional, o índice é 19,8% .

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

• Eventos Recentes

Vendas de ADRs do Santander Espanha e Aumento do Free Float

Em 22 de março de 2012 o Santander Espanha informou ao Santander Brasil que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM nº 358/02, e conforme o compromisso firmado de atingir o free-float de 25% do capital social do Santander Brasil, reduziu a sua participação no capital social do Santander Brasil em 5,76%, o que resultou no aumento do free-float do Banco Santander para 24,12%. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) é resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Santander Brasil efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e

(iii) transferência de 0,77% do capital social do Santander Brasil ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos. Após estas operações, o Santander Espanha, diretamente e indiretamente, passa a deter 76,42% do capital votante e 75,61% do capital total do Santander Brasil.

Subsidiária Estrangeira

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (“Santander EFC”), para complementar nossa estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica – grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior – permitindo que ofereçamos produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável, tal como nossa filial nas Ilhas Cayman, de acordo com a lei N° 12.249/2010.

A constituição da subsidiária foi aprovada pelo Bacen em 26 de setembro de 2011, pelo Ministério de Economía y Hacienda da Espanha em 6 de fevereiro de 2012 e pelo Banco de España em 28 de março de 2012.

A remessa dos recursos para integralização do capital social da subsidiária foi realizada em 5 de março de 2012, no montante de €748 milhões.

. A Santander EFC tem seu início operacional planejado para maio de 2012.

• Estratégia

Posicionado como um Banco universal, com foco no varejo, o Santander Brasil compartilha as melhores práticas globais, diferenciando assim, o seu modelo de negócio. A eficiência

na gestão de custos, a forte base de capital e a gestão conservadora de risco de liquidez traduzem esse diferencial que, em resumo, está orientado sobre 5 principais eixos:

- 1) Orientação ao cliente;
- 2) Franquia global;
- 3) Eficiência de custo;
- 4) Gestão conservadora de risco;
- e 5) Solidez Patrimonial.

Em 2011, o Banco Santander Brasil participou, em Londres, do Investor Day realizado pelo Grupo Santander. Os principais pontos da estratégia do Banco Santander apresentados para o mercado, para o período 2011-2013

foram:

- Melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura. A meta para a abertura de agências para o triênio, será de 100 a 120 agências por ano;
- Intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes, convertendo-se no primeiro banco dos clientes até 2013;
- Aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PMEs, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário e financiamento de veículos;
- Aproveitar todas as oportunidades de ofertar produtos e serviços entre os diferentes segmentos;
- Continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras;
- Manter a prudência na gestão dos riscos;

O Banco Santander anunciou ainda, que para os anos de 2012 e 2013, espera aumentar a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) o lucro líquido em torno de 15%, as receitas em 14%-16% e a carteira de crédito total em 15%-17%.

Durante o primeiro trimestre de 2012, o Santander Brasil, intensificou seus esforços no desenvolvimento de parcerias estratégicas, com intuito de aumentar os seus negócios, como por exemplo a recente parceria de longo prazo com a Hyundai Motor Brasil que está sendo implementada. O Banco financiará exclusivamente os automóveis que serão produzidos na futura fábrica da Hyundai, em Piracicaba (SP), que deve ser inaugurada no fim de 2012. Por meio dessa parceria, os concessionários da montadora no Brasil terão acesso a linhas competitivas de financiamento de seus estoques, exclusivamente oferecidas pelo Santander, e oferecerão crédito aos clientes finais para compra de veículos nas lojas.

Além disso, em razão do rápido crescimento de muitas empresas brasileiras, o Santander mudou, em 2012, o modelo de atendimento às Pessoas Jurídicas. Assim, a definição de Pequenas e Médias Empresas reportada neste relatório, que anteriormente englobava empresas com faturamento anual até R\$ 250 milhões, passou a atender empresas com faturamento até R\$ 80 milhões. As empresas com faturamento entre R\$ 80 milhões e R\$ 250 milhões passa a ser foco do segmento de Grandes Empresas.

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de março de 2012, R\$53.262 milhões em ativos totais, R\$5.668 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R\$10.176 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no período findo em 31 de março de 2012 foi de R\$177 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré C.F.I.) atingiu em 31 de março de 2012, R\$43.176 milhões em ativos totais, R\$26.024 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e

R\$1.228 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no período findo de 31 de março de 2012 foi de R\$6 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) atingiu, em 31 de março de 2012, R\$681 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$274 milhões. O lucro líquido no período findo de 31 de março de 2012 foi de R\$21 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de março de 2012, ativos totais no valor de R\$263 milhões. O patrimônio líquido atingiu R\$ 199 milhões e o lucro líquido no período findo de 31 de março de 2012 foi de R\$15 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão atingiu R\$ 127.996 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração.

Agência Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	A - (negativo)	F1	BBB+ (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (estável)	A-3	BBB (estável)	A-3	brAAA (estável)	brA-1
	Depósito Moeda Local		Depósito Moeda Estrangeira		Nacional	
Moody's (perspectiva)	A2 (em revisão)	Prime-1	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (23 de fevereiro de 2012); Standard & Poor's (29 de novembro de 2011) e Moody's (20 de junho de 2011)

• Governança Corporativa

No dia 07 de fevereiro, o Banco realizou a Assembleia Geral Extraordinária, a fim de deliberar sobre a outorga dos Planos de Diferimento de Bônus referentes a 2011, para administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Santander Brasil e de sociedades sob seu controle e a alteração do Estatuto Social do Banco para atendimento à Resolução 3.921, de 25 de novembro de 2010, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, que determina a instituição do Comitê de Remuneração.

No 1º trimestre de 2012, os membros do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade se reuniram pela primeira vez, fato que iniciou as discussões e contribuições aos modelos de governança corporativa e sustentabilidade adotados pelo Santander Brasil.

No ano de 2010, o Banco instituiu o Comitê de Remuneração e Nomeação. Todavia, para total adequação à Resolução 3.921, inseriu em seu Estatuto Social as principais competências deste comitê e alterou seu regimento interno, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro.

Ainda, na mesma reunião, foi eleito o Sr. Juan Manuel Hoyos Martinez de Irujo, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Estratégia, e em 28 de março, foram eleitos os Srs. Conrado Engel para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior de Varejo e Pedro Paulo Longuini para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Qualidade e Eficiência.

Em 16 de março, foram reconduzidos os Srs. Celso Clemente Giacometti, Renê Luiz Grande e Sérgio Darcy da Silva Alves ao cargo de membros do Comitê de Auditoria, com mandato de um ano, a contar da data de sua eleição. E em 23 de março foi eleito como novo membro do Comitê de Remuneração e Nomeação o Sr. Eduardo Nunes Gianini, com mandato até primeira Reunião do Conselho de

Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2013.

Por fim, em 25 de março, o Banco publicou o Manual de Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo a mensagem do Presidente do Conselho de Administração, o edital de convocação, a indicação sobre o modo de participação do acionista e a proposta da administração.

• Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto ao Grupo Santander:

- Aprovar as propostas e operações e limites de clientes e carteiras;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pela Comissão Executiva e pelo Grupo Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

A função de riscos no Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional

como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Grupo Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos;
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de assegurar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão

Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupado por semelhança.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função

do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Participação efetiva da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC, VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de

crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e

- Definição de políticas e procedimentos que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

5. Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.

6. Riscos Operacionais, Controles Internos e Lei Sarbanes-Oxley

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a Vice-Presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão adequada a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II, (conforme regulamentado pelo Bacen) e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Está alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco

Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do (PRE) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2011, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em março de 2012 e não identificou qualquer incidência considerada material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

• Pessoas

Para o Banco Santander ser o melhor e mais eficiente Banco do País, seus funcionários precisam fazer parte e estarem juntos na construção dessa evolução.

Com a aspiração de ser uma das Melhores Empresas do Setor Financeiro para se Trabalhar no Brasil, mantém o diálogo e o foco no desenvolvimento das pessoas, pois acredita que o caminho para atingir essa aspiração é respeitar e cuidar bem de suas equipes, que cuidam de seus clientes.

Sob a crença de que um indivíduo satisfeito é um profissional satisfeito, o Banco Santander investe e incentiva mais de 55 mil profissionais por meio de programas diversos.

Destacam - se :

- **Programa de Engajamento:** coloca em prática ações capazes de alinhar as expectativas dos indivíduos com os objetivos da empresa, criando assim condições de reciprocidade essenciais para atingir um desempenho adequado às necessidades da Organização. Para apoiar este processo, temos o Desenvolvimento de Planos de Ação, realizado institucionalmente e por área, o Comitê de

Engajamento, no qual representantes de todas as áreas compartilham as boas práticas e trocam experiências sobre o tema, e a realização de Pesquisas, ferramenta que destaca o contentamento dos indivíduos da Organização e norteia as implementações de novas iniciativas. Temos a crença de que um indivíduo satisfeito é um profissional satisfeito, gerando clientes satisfeitos e resultados sustentáveis.

- **Programas de Mobilidade Internacional:** são programas globais que estimulam o intercâmbio entre países como uma importante forma de desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Programa de Mobilidade Interna:** tem como objetivo a valorização dos profissionais do Santander, incentivando o desenvolvimento de suas carreiras e divulgando aos funcionários e estagiários as oportunidades de crescimento profissional e mobilidade interna disponíveis na Organização.
- **Jovens:** a plataforma “Santander Caminhos e Escolhas” é uma rede social de orientação de carreira, em formato interativo e inovador, disponibilizada aos jovens de todo o País, sem qualquer custo para o usuário. Nesta plataforma, os jovens podem conhecer e experimentar atividades que proporcionam autoconhecimento e orientação para apoiá-los no momento da escolha da carreira. E para aqueles que já escolheram o mercado financeiro para trabalhar, o espaço oferece melhor conhecimento e entendimento sobre as atividades realizadas dentro de um banco por meio de experimentação das atividades das áreas, vinculando o aprendizado acadêmico ao prático.
- **Desenvolvimento:** além dos vários programas de capacitação para as

atividades específicas do negócio, disponibilizamos ações educativas que contribuem para a evolução do indivíduo e de sua carreira. Estimulamos todos os funcionários a desenvolver a autoliderança e, especialmente com o grupo mais sênior de líderes, nosso objetivo é habilitá-los a traduzir e a expressar a Missão do Banco no dia a dia, visando o engajamento das equipes.

- **Carreira:** atividades com foco em apoiar o gestor e o funcionário no processo de reflexões sobre desenvolvimento e feedback, além de apoiá-los com atividades e ferramentas para discussão de carreira.
- **Qualidade de Vida:** o programa envolve ações relacionadas a saúde, vida social, relações de trabalho e convívio familiar, além de um completo Programa de Apoio Pessoal Especializado.
- **Diversidade:** o programa de valorização da Diversidade do Banco Santander possibilita a criação de um ambiente mais dinâmico, criativo e aberto à inovação. Ele é composto por uma série de iniciativas que promovem o respeito e a valorização das diferenças. Estas iniciativas estão focadas nos processos de inclusão, desenvolvimento e gestão de pessoas e também nos relacionamentos que estabelecemos com todos os públicos.
- **Gestão de Pessoas:** tem a colaboração como direcionamento estratégico (“fazer juntos”), apoiando e favorecendo o crescimento dos negócios. Estas ações estão destinadas a todos os níveis de gestão na Organização e enfatizam o uso de ferramentas, políticas e práticas disponíveis no Banco, para uma efetiva gestão do ciclo de vida do funcionário.

- **Sustentabilidade:** realizamos a inserção transversal do tema sustentabilidade nos principais programas educativos da Organização, buscando ampliar o olhar dos indivíduos na direção de enxergar e atuar sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos nas suas decisões do dia a dia. Cientes da nossa contribuição na saúde financeira dos funcionários e demais públicos de relacionamento, concentramos nossos esforços na ampliação da educação financeira, por meio de programas de capacitação de orientadores financeiros, sessões de orientação financeira individual e o lançamento do curso online de gestão financeira pessoal.

- **Desenvolvimento Sustentável**

O Santander, além de ter sido selecionado novamente este ano para compor a seleta carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da Bovespa, também recebeu o título de banco mais verde do mundo, pela Bloombergs'Markets. A avaliação levou em conta a expressiva participação do banco no financiamento de energias limpas bem como seu desempenho no consumo de energia e pegada de carbono.

No primeiro trimestre de 2012, a Santander Asset Management obteve o 5º lugar no ranking da lista de administradores, com fundos classificados como excelentes, reconhecimento concedido pela revista Investidor Institucional. Ademais, o fundo pioneiro em *Social Responsibility Investor* (SRI) no Brasil, Fundo Ethical, está entre os oito classificados como excelentes neste ranking.

O Programa de Qualificação de Corretoras do Banco Santander Brasil, cujo objetivo é classificar as corretoras que operam com a nossa Tesouraria, considerando os aspectos de Governança, Técnico-operacional, Administrativo-financeiro e Socioambiental, teve seus critérios reavaliados em 2011. Em Março, divulgamos o "Índice de Qualificação de

Corretoras ponderado - IQCp", utilizado pela área de Compliance para definir a periodicidade com a qual trabalhamos com as corretoras. A relevância da iniciativa está, também, na importância dessas empresas já que operamos com as maiores corretoras de valores do mercado brasileiro. Juntas, elas respondem por aproximadamente 85% do volume total negociado na BM&FBovespa e têm uma enorme capacidade de influenciar o mercado financeiro local.

O Espaço de Práticas em Sustentabilidade, um programa criado em 2007 para compartilhar práticas de sustentabilidade com a sociedade, iniciou suas atividades de 2012 com uma palestra com o cientista Fritjof Capra, um especialista em pensamento sistêmico e questões ambientais. A palestra obteve o nosso recorde de audiência com 624 pessoas assistindo presencialmente e 2.272 acompanhando a transmissão online em 9 países diferentes. O Doutor Capra também participou de uma sessão de diálogo com a participação de 116 parceiros e fornecedores de Recursos Humanos, principalmente aqueles envolvidos com a educação e desenvolvimento organizacional.

Em parceria com o Santander Universidades e Universia, o Espaço de Práticas em Sustentabilidade também lançou um desafio para professores universitários dos cursos de Economia e Administração que tem como objetivo a inclusão da discussão de aspectos ambientais e sociais em suas práticas de ensino. Mais de 200 professores se inscreveram e 41 foram qualificados para a segunda fase do desafio.

- **Reestruturações Societárias**

Nos últimos anos foram implementadas as seguintes reestruturações societárias, que representaram etapas fundamentais no processo de consolidação dos investimentos do Banco Santander no país, com o consequente fortalecimento da sua estrutura

operacional e organizacional, bem como unificação de suas atividades:

- Cisão Parcial da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) com a versão do acervo cindido pela Santander Participações S.A. (Santander Participações) (atual denominação social da Santander Advisory Services S.A.), em 31 de agosto de 2011, sendo que a versão da parcela cindida refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Securities);
- Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida para constituição da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) em 29 de abril de 2011, o acervo cindido para a Sancap correspondeu ao valor total de R\$512 milhões e refere-se, única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização);
- Cancelamento do Registro de Companhia Incentivada (Cancelamento do Registro) perante a CVM, da Agropecuária Tapirapé S.A. (Tapirapé). Conforme foi aprovado em AGE realizada em 31 de agosto de 2010, e incorporação da Tapirapé pela Santander CHP S.A. (atual denominação da Santander Brasil Advisory Services S.A.) em 28 de fevereiro de 2011;

• **Outras Informações**

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução

CVM 381/2003, informa que no período findo em 31 de março de 2012, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

São Paulo, 25 de Abril de 2012

RELATÓRIO SOBRE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, do Banco Santander (Brasil) S.A., em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

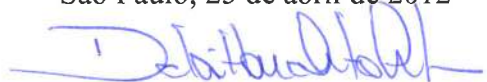


Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de informações trimestrais e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de abril de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

	Nota	31/03/2012	Banco 31/12/2011	31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
Ativo Circulante		241.897.140	245.996.451	234.394.606	240.852.594
Disponibilidades	4	3.754.969	4.458.365	5.657.668	4.470.858
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	54.172.658	47.442.765	27.134.652	24.828.729
Aplicações no Mercado Aberto		21.134.741	18.966.086	21.534.858	18.966.271
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		30.661.282	25.524.342	3.223.159	2.910.121
Aplicações em Moedas Estrangeiras		2.376.635	2.952.337	2.376.635	2.952.337
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	28.970.052	36.552.965	28.635.396	35.955.321
Carteira Própria		17.819.622	12.631.582	19.907.406	12.054.118
Vinculados a Compromissos de Recompra		8.475.768	20.968.002	5.081.514	19.469.110
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.409.916	1.681.081	1.406.923	1.677.633
Vinculados ao Banco Central		374.252	361.714	374.252	361.714
Vinculados à Prestação de Garantias		890.494	910.586	1.865.301	2.392.746
Relações Interfinanceiras	7	43.656.139	44.814.618	43.896.274	45.059.116
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.627.966	2.445	1.627.966	2.445
Créditos Vinculados:		41.996.279	44.784.846	42.236.414	45.029.344
Depósitos no Banco Central		41.996.148	44.784.542	42.236.283	45.029.040
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		131	304	131	304
Correspondentes		31.894	27.327	31.894	27.327
Relações Interdependências		2.615	856	2.615	856
Transferências Internas de Recursos		2.615	856	2.615	856
Operações de Crédito	8	56.554.926	56.501.363	67.442.835	67.704.141
Setor Público		50.915	50.992	50.915	50.992
Setor Privado		57.886.119	57.901.637	69.134.693	69.411.944
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1.382.108)	(1.451.266)	(1.742.773)	(1.758.795)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	87.690	100.055	3.672.942	3.837.638
Setor Público		-	-	3.006	3.006
Setor Privado		92.996	106.344	3.812.755	3.986.430
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(5.306)	(6.289)	(142.819)	(151.798)
Outros Créditos		54.273.359	55.725.216	57.403.548	58.496.285
Carteira de Câmbio	9	30.907.568	34.851.804	30.907.568	34.851.804
Rendas a Receber		371.876	428.318	393.918	383.559
Negociação e Intermediação de Valores	10	542.730	694.563	681.798	806.201
Créditos Tributários	11	6.008.021	5.980.796	7.118.581	7.086.783
Diversos	12	16.535.509	13.865.062	18.425.686	15.491.730
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(92.345)	(95.327)	(124.003)	(123.792)
Outros Valores e Bens		424.732	400.248	548.676	499.650
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda		100.153	103.104	100.153	103.104
Outros Valores e Bens		91.408	97.592	95.143	101.320
(Provisões para Desvalorizações)		(81.251)	(87.435)	(84.834)	(91.010)
Despesas Antecipadas		314.422	286.987	438.214	386.236

	Nota	31/03/2012	Banco 31/12/2011	31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
Ativo Realizável a Longo Prazo		178.539.866	179.254.338	157.063.044	157.818.444
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	16.603.887	14.219.658	2.085.337	656.332
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.243.177	13.848.311	1.724.627	284.985
Aplicações em Moedas Estrangeiras		360.910	371.547	360.910	371.547
(Provisões para Perdas)		(200)	(200)	(200)	(200)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	64.896.931	68.593.921	34.234.120	38.660.916
Carteira Própria		8.811.845	11.569.804	8.139.541	10.884.821
Vinculados a Compromissos de Recompra		44.856.571	43.790.339	14.109.244	13.821.174
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.321.212	2.567.924	2.323.758	2.567.513
Vinculados ao Banco Central		1.205.151	1.859.544	1.205.151	1.859.544
Moedas de Privatização		2.258	2.145	2.258	2.145
Vinculados à Prestação de Garantias		7.699.894	8.804.165	8.454.168	9.525.719
Relações Interfinanceiras	7	201.776	198.439	201.776	198.439
Créditos Vinculados:		201.776	198.439	201.776	198.439
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		201.776	198.439	201.776	198.439
Operações de Crédito	8	80.771.919	79.499.007	96.964.211	93.920.024
Setor Público		133.499	129.644	133.499	129.644
Setor Privado		89.351.348	88.127.428	106.203.531	103.121.103
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(8.712.928)	(8.758.065)	(9.372.819)	(9.330.723)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	40.397	59.880	3.189.905	3.560.058
Setor Público		-	-	5.205	5.205
Setor Privado		46.053	67.633	3.381.046	3.776.987
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(5.656)	(7.753)	(196.346)	(222.134)
Outros Créditos		15.813.993	16.582.092	19.479.174	20.145.542
Créditos por Avais e Fianças Honrados		8.284	1.823	8.284	1.823
Carteira de Câmbio	9	642.625	293.913	642.625	293.913
Rendas a Receber		68.799	55.466	68.799	55.466
Créditos Tributários	11	6.683.639	6.580.968	8.152.201	8.043.300
Diversos	12	8.737.364	9.994.016	11.007.124	12.162.281
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(326.718)	(344.094)	(399.859)	(411.241)
Outros Valores e Bens		210.963	101.341	908.521	677.133
Investimentos Temporários		8.061	8.061	8.069	8.069
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)
Despesas Antecipadas		204.667	95.045	902.225	670.837
Permanente		40.817.999	39.974.328	24.172.375	25.054.771
Investimentos		16.919.722	15.209.932	40.391	69.310
Participações em Coligadas e Controladas:	14	16.904.662	15.166.376	24.586	24.200
No País		15.087.822	15.166.376	24.586	24.200
No Exterior		1.816.840	-	-	-
Outros Investimentos		46.911	75.407	52.265	81.570
(Provisões para Perdas)		(31.851)	(31.851)	(36.460)	(36.460)
Imobilizado de Uso	15	4.914.977	4.902.891	4.951.281	4.934.875
Imóveis de Uso		2.135.430	2.137.681	2.137.572	2.139.823
Outras Imobilizações de Uso		6.764.227	6.601.722	6.835.731	6.667.593
(Depreciações Acumuladas)		(3.984.680)	(3.836.512)	(4.022.022)	(3.872.541)
Intangível	16	18.983.300	19.861.505	19.180.703	20.050.586
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.874.101	26.868.346	27.037.015	27.031.260
Outros Ativos Intangíveis		6.214.304	6.111.869	6.304.950	6.191.679
(Amortizações Acumuladas)		(14.105.105)	(13.118.710)	(14.161.262)	(13.172.353)
Total do Ativo		461.255.005	465.225.117	415.630.025	423.725.809

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2012	Banco 31/12/2011	31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
Passivo Circulante		259.858.931	271.290.416	217.616.076	232.545.213
Depósitos	17.a	116.483.179	113.464.541	72.596.296	72.738.135
Depósitos à Vista		11.993.069	13.684.773	11.817.451	13.536.806
Depósitos de Poupança		23.922.380	23.293.434	23.922.380	23.293.434
Depósitos Interfinanceiros		45.695.077	42.653.353	1.985.044	1.980.411
Depósitos a Prazo		34.872.653	33.832.981	34.871.421	33.927.484
Captações no Mercado Aberto	17.b	43.509.670	59.231.381	40.380.148	56.451.019
Carteira Própria		26.592.116	42.894.806	25.054.357	41.171.792
Carteira de Terceiros		10.052.073	8.424.898	8.460.310	7.367.550
Carteira de Livre Movimentação		6.865.481	7.911.677	6.865.481	7.911.677
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	23.182.894	17.426.772	23.456.965	17.742.997
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	140.375	233.904
Recursos de Debêntures		-	-	129.968	80.744
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		22.580.319	17.027.739	22.584.047	17.029.316
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		602.575	399.033	602.575	399.033
Relações Interfinanceiras	7	1.529.539	8.467	1.529.539	8.467
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.519.304	3	1.519.304	3
Correspondentes		10.235	8.464	10.235	8.464
Relações Interdependências		1.194.579	2.012.600	1.194.579	2.012.600
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.191.130	2.004.753	1.191.130	2.004.753
Transferências Internas de Recursos		3.449	7.847	3.449	7.847
Obrigações por Empréstimos	17.e	11.864.068	13.161.053	11.864.068	13.161.053
Empréstimos no Exterior		11.864.068	13.161.053	11.864.068	13.161.053
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	3.843.063	4.189.752	3.843.063	4.189.752
Tesouro Nacional		230	21.188	230	21.188
BNDES		1.944.858	1.899.635	1.944.858	1.899.635
CEF		41.579	33.660	41.579	33.660
FINAME		1.721.349	2.099.952	1.721.349	2.099.952
Outras Instituições		135.047	135.317	135.047	135.317
Obrigações por Repasses do Exterior	17.e	393.308	914.798	393.308	914.798
Repasses do Exterior		393.308	914.798	393.308	914.798
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.335.731	2.138.328	1.340.171	2.138.328
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.335.731	2.138.328	1.340.171	2.138.328
Outras Obrigações		56.522.900	58.742.724	61.017.939	63.188.064
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.471.501	122.575	1.489.979	136.781
Carteira de Câmbio	9	29.613.129	32.393.881	29.613.129	32.393.881
Sociais e Estatutárias		545.151	1.509.752	577.528	1.538.815
Fiscais e Previdenciárias	18	8.045.966	7.306.192	10.203.850	9.387.397
Negociação e Intermediação de Valores	10	630.894	694.242	772.043	808.845
Dívidas Subordinadas	19	674.619	-	674.619	-
Diversas	20	15.541.640	16.716.082	17.686.791	18.922.345

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2012	Banco 31/12/2011	31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
Passivo Exigível a Longo Prazo		135.055.792	128.113.710	131.143.157	124.844.045
Depósitos	17.a	57.863.130	55.913.362	50.310.585	49.059.462
Depósitos Interfinanceiros		8.520.417	7.743.600	968.300	889.707
Depósitos a Prazo		49.342.713	48.169.762	49.342.285	48.169.755
Captações no Mercado Aberto	17.b	26.526.368	21.664.735	26.167.838	21.584.554
Carteira Própria		26.526.368	21.664.735	26.167.838	21.584.554
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	22.596.572	21.087.243	23.948.778	22.189.968
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	522.810	471.881
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		13.393.896	12.789.632	14.223.292	13.420.476
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		9.202.676	8.297.611	9.202.676	8.297.611
Obrigações por Empréstimos	17.e	1.244.121	1.660.631	1.244.121	1.660.631
Empréstimos no Exterior		1.244.121	1.660.631	1.244.121	1.660.631
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	6.220.247	6.031.862	6.220.247	6.031.862
Tesouro Nacional		1.045	-	1.045	-
BNDES		3.496.264	3.542.793	3.496.264	3.542.793
CEF		1.285	1.316	1.285	1.316
FINAME		2.719.442	2.478.974	2.719.442	2.478.974
Outras Instituições		2.211	8.779	2.211	8.779
Obrigações por Repasses do Exterior	17.e	105.933	161.827	105.933	161.827
Repasses do Exterior		105.933	161.827	105.933	161.827
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	2.464.157	2.544.524	2.464.509	2.544.614
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.464.157	2.544.524	2.464.509	2.544.614
Outras Obrigações		18.035.264	19.049.526	20.681.146	21.611.127
Carteira de Câmbio	9	147.562	399.973	147.562	399.973
Fiscais e Previdenciárias	18	3.210.791	3.010.670	5.634.615	5.364.910
Negociação e Intermediação de Valores	10	-	28	-	28
Dívidas Subordinadas	19	10.524.045	10.908.344	10.524.045	10.908.344
Diversas	20	4.152.866	4.730.511	4.374.924	4.937.872
Resultados de Exercícios Futuros		201.850	207.291	201.850	207.291
Resultados de Exercícios Futuros		201.850	207.291	201.850	207.291
Participação dos Acionistas Minoritários		-	-	564.067	550.695
Patrimônio Líquido	22	66.138.432	65.613.700	66.104.875	65.578.565
Capital Social:		62.828.201	62.828.201	62.828.201	62.828.201
De Domiciliados no País		6.251.291	6.251.291	6.251.291	6.251.291
De Domiciliados no Exterior		56.576.910	56.576.910	56.576.910	56.576.910
Reservas de Capital		579.004	529.149	580.025	529.149
Reservas de Lucros		1.631.897	1.631.897	1.631.897	1.632.544
Ajustes de Avaliação Patrimonial		789.399	737.221	755.034	701.439
Lucros Acumulados		457.345	-	457.132	-
(-) Ações em Tesouraria		(147.414)	(112.768)	(147.414)	(112.768)
Total do Passivo		461.255.005	465.225.117	415.630.025	423.725.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2012	Banco 31/03/2011	31/03/2012	Consolidado 31/03/2011
Receitas da Intermediação Financeira		13.921.655	12.095.977	13.980.850	12.734.295
Operações de Crédito		7.685.502	6.997.659	9.092.898	7.972.674
Operações de Arrendamento Mercantil		6.171	11.603	326.694	444.880
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	3.844.250	3.543.891	2.172.308	2.709.104
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		967.848	598.568	965.456	598.890
Resultado de Operações com Câmbio		449.446	73.001	449.446	73.001
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		902	-	902	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		967.536	871.255	973.146	935.746
Despesas da Intermediação Financeira		(9.324.987)	(8.060.312)	(8.685.387)	(7.887.579)
Operações de Captação no Mercado	17.d	(6.745.625)	(5.697.048)	(5.599.270)	(5.183.783)
Operações de Empréstimos e Repasses		338.625	42.465	338.342	41.316
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(2.917.987)	(2.405.729)	(3.424.459)	(2.745.112)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.596.668	4.035.665	5.295.463	4.846.716
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.258.634)	(2.701.485)	(3.676.856)	(3.222.372)
Receitas de Prestação de Serviços	25	1.567.139	1.496.056	1.690.176	1.577.784
Rendas de Tarifas Bancárias	25	597.685	455.675	783.211	563.788
Despesas de Pessoal	26	(1.384.442)	(1.291.908)	(1.458.952)	(1.348.355)
Outras Despesas Administrativas	27	(2.869.848)	(2.521.703)	(2.945.252)	(2.629.898)
Despesas Tributárias	28	(730.794)	(601.869)	(845.566)	(698.893)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	364.941	398.636	386	1.071
Outras Receitas Operacionais	29	478.950	381.203	546.490	455.809
Outras Despesas Operacionais	30	(1.282.265)	(1.017.575)	(1.447.349)	(1.143.678)
Resultado Operacional		1.338.034	1.334.180	1.618.607	1.624.344
Resultado não Operacional	31	31.793	40.977	42.945	43.487
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		1.369.827	1.375.157	1.661.552	1.667.831
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	(178.111)	(66.385)	(409.298)	(323.826)
Provisão para Imposto de Renda		(168.275)	(7.581)	(307.155)	(166.084)
Provisão para Contribuição Social		(94.339)	(4.895)	(198.488)	(114.123)
Ativo Fiscal Diferido		84.503	(53.909)	96.345	(43.619)
Participações no Lucro		(334.371)	(295.432)	(364.935)	(312.841)
Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	(30.834)	(18.203)
Lucro Líquido		857.345	1.013.340	856.485	1.012.961
Nº de Ações (Mil)	22.a	399.044.117	399.044.117		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		2,15	2,54		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial					
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		62.828.201	529.136	962.310	273.840	280.935	2.563	-	-	64.876.985
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores										
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(88.025)	(8.933)	-	-	(96.958)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.013.340	-	1.013.340
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(600.000)	-	(600.000)
Saldos em 31 de Março de 2011		62.828.201	529.136	962.310	273.840	192.910	(6.370)	413.340	-	65.193.367
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		62.828.201	529.149	1.140.847	491.050	719.112	18.109	-	(112.768)	65.613.700
Aquisições de Ações Próprias	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(34.646)	(34.646)
Resultado Ações em Tesouraria	22.d	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	33.c	-	49.848	-	-	-	-	-	-	49.848
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores										
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	41.289	10.889	-	-	52.178
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	857.345	-	857.345
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	(400.000)
Saldos em 31 de Março de 2012		62.828.201	579.004	1.140.847	491.050	760.401	28.998	457.345	(147.414)	66.138.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2012	Banco 31/03/2011	31/03/2012	Consolidado 31/03/2011
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		857.345	1.013.340	856.485	1.012.961
Ajustes ao Lucro Líquido		4.681.383	4.056.106	5.685.678	4.939.204
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	2.917.987	2.405.729	3.424.459	2.745.112
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		979.951	887.384	1.158.888	1.028.946
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(33.011)	108.406	(177.048)	74.980
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(364.941)	(398.636)	(386)	(1.071)
Depreciações e Amortizações	27	1.302.300	1.080.877	1.306.109	1.121.993
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	31	(6.180)	(1.819)	(6.173)	(1.844)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	31	610	(668)	3	(914)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	30	(58)	1.100	(58)	1.100
Resultado de Investimentos	31	(14.016)	(28.125)	(24.492)	(29.100)
Outros		(101.259)	1.858	4.376	2
Variações em Ativos e Passivos		(5.248.383)	(11.275.401)	(3.606.396)	(9.303.058)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.603.672)	(45.672)	3.007.971	1.176.906
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		9.759.097	(3.580.825)	10.988.591	(3.026.984)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(4.214.183)	(5.937.383)	(5.674.284)	(6.864.810)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		2.788.394	(1.079.003)	2.792.757	(1.152.159)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		2.308.461	(6.125.665)	1.899.805	(6.372.270)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(137.057)	23.997	(283.366)	(222.949)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(931.960)	(637.290)	(931.960)	(637.267)
Aumento (Redução) em Depósitos		4.968.403	934.575	1.109.284	2.204.628
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(10.860.078)	796.735	(11.487.587)	627.278
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(2.449.184)	(1.782.545)	(2.449.183)	(1.782.545)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(2.190.333)	6.478.801	(1.562.161)	6.763.958
Aumento (Redução) em Provisão Técnica para Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		-	-	-	730.857
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(5.441)	8.680	(5.441)	8.659
Imposto Pago		(680.830)	(329.806)	(1.010.822)	(756.360)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		290.345	(6.205.955)	2.935.767	(3.350.893)
Atividades de Investimento					
Aquisição/Aumento de Investimentos		(1.975.396)	(3.741)	(2.779)	(3.741)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(170.459)	(194.707)	(176.092)	(200.482)
Aplicações no Intangível		(267.432)	(189.738)	(278.306)	(192.682)
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		45.038	29.667	56.576	30.704
Alienação de Bens não de Uso Próprio		5.640	5.338	6.464	5.592
Alienação de Imobilizado de Uso		3.267	6.895	3.323	7.257
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.500.029	2.863.472	-	78
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(859.313)	2.517.186	(390.814)	(353.274)
Atividades de Financiamento					
Aquisição de Ações de Emissão Própria	22.d	(34.645)	-	(34.646)	-
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		10.059.636	9.992.434	10.059.636	9.992.434
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(3.531.149)	(3.362.364)	(3.531.149)	(3.362.364)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.117.820)	(2.091.961)	(1.122.457)	(2.100.174)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	13.372	18.086
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		5.376.022	4.538.109	5.384.756	4.547.982
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		4.807.054	849.340	7.929.709	843.815
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Trimestre	4	9.903.096	9.499.413	9.390.878	9.508.964
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Trimestre	4	14.710.150	10.348.753	17.320.587	10.352.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2012		Banco 31/03/2011		31/03/2012		Consolidado 31/03/2011	
Receitas da Intermediação Financeira		13.921.655		12.095.977		13.980.850		12.734.295	
Receitas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e Receita Líquida de Prêmios, Rendas de Previdência e Capitalização		2.164.824		1.951.731		2.473.387		2.141.572	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(2.917.987)		(2.405.729)		(3.424.459)		(2.745.112)	
Outras Receitas e Despesas		(771.580)		(594.295)		(857.972)		(643.282)	
Despesas da Intermediação Financeira		(6.407.000)		(5.654.583)		(5.260.928)		(5.142.467)	
Insumos de Terceiros		(1.421.484)		(1.313.895)		(1.492.319)		(1.378.897)	
Material, Energia e Outros		(72.150)		(67.168)		(72.627)		(68.000)	
Serviços de Terceiros	27	(476.947)		(436.604)		(522.288)		(472.198)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	29&30	58		(1.100)		58		(1.100)	
Outros		(872.445)		(809.023)		(897.462)		(837.599)	
Valor Adicionado Bruto		4.568.428		4.079.206		5.418.559		4.966.109	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	27	(1.302.300)		(1.080.877)		(1.306.109)		(1.121.993)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		3.266.128		2.998.329		4.112.450		3.844.116	
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	364.941		398.636		386		1.071	
Valor Adicionado Total a Distribuir		3.631.069		3.396.965		4.112.836		3.845.187	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		1.518.651	41,8%	1.392.077	41,0%	1.612.703	39,2%	1.456.874	37,9%
Remuneração	26	797.607		734.376		839.126		766.677	
Benefícios	26	246.702		222.256		261.786		232.424	
FGTS		76.742		73.377		82.037		76.921	
Outras		397.600		362.068		429.754		380.852	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.109.067	30,6%	863.517	25,4%	1.466.048	35,6%	1.227.041	31,9%
Federais		1.018.816		758.499		1.354.779		1.106.422	
Estaduais		157		382		270		430	
Municipais		90.094		104.636		110.999		120.189	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	27	146.006	4,0%	128.031	3,8%	146.766	3,6%	130.108	3,4%
Remuneração de Capitais Próprios		857.345	23,6%	1.013.340	29,8%	887.319	21,6%	1.031.164	26,8%
Juros sobre o Capital Próprio	22.b	400.000		600.000		400.000		600.000	
Reinvestimentos de Lucros		457.345		413.340		456.485		412.961	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários		-		-		30.834		18.203	
Total		3.631.069	100,0%	3.396.965	100,0%	4.112.836	100,0%	3.845.187	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e operações de cartões de crédito, através de empresas controladas. Atua também nos mercados de capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, seguros e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas do Banco Santander e empresas controladas (Consolidado) indicadas na nota 14 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependências no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de março de 2012 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. O prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanece registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em razão de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

j.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Capitalização

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título;
- Provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados;
- Provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos;
- Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição; e

I) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

m) Remuneração Baseada em Ações**Liquidação em Ação**

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 21.i).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

q) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2011	Banco 31/12/2010
Disponibilidades	3.754.969	4.458.365	4.096.280	4.375.077
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.955.181	5.444.731	6.252.473	5.124.336
Aplicações no Mercado Aberto	8.327.700	1.377.537	3.665.424	767.162
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	250.846	1.115.424	531.279	78.842
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.376.635	2.951.770	2.055.770	4.278.332
Total	14.710.150	9.903.096	10.348.753	9.499.413

	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2011	Consolidado 31/12/2010
Disponibilidades	5.657.668	4.470.858	4.100.306	4.376.128
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.662.919	4.920.020	6.252.473	5.132.836
Aplicações no Mercado Aberto	8.727.700	1.377.537	3.665.424	767.162
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	558.584	590.713	531.279	87.342
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.376.635	2.951.770	2.055.770	4.278.332
Total	17.320.587	9.390.878	10.352.779	9.508.964

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/03/2012			Banco 31/12/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	15.877.212	5.257.529	-	21.134.741	18.966.086
Posição Bancada	4.115.597	285.788	-	4.401.385	2.809.657
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	460.279	-	-	460.279	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.012.138	242.550	-	1.254.688	584.150
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.643.180	43.238	-	2.686.418	2.225.487
Posição Financiada	8.060.358	2.001.061	-	10.061.419	8.547.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	1.000.545
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	506.603
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.060.358	2.001.061	-	10.061.419	7.040.324
Posição Vendida	3.701.257	2.970.680	-	6.671.937	7.608.957
Letras do Tesouro Nacional - LTN	470.063	1.488.121	-	1.958.184	1.467.574
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.231.194	1.482.559	-	4.713.753	6.141.383
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.625.435	25.035.847	16.243.177	46.904.459	39.372.653
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.376.635	-	360.910	2.737.545	3.323.884
Provisões para Perdas	-	-	(200)	(200)	(200)
Total	23.879.282	30.293.376	16.603.887	70.776.545	61.662.423
Circulante				54.172.658	47.442.765
Longo Prazo				16.603.887	14.219.658

				31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	16.277.329	5.257.529	-	21.534.858	18.966.271
Posição Bancada	4.515.714	285.788	-	4.801.502	2.809.842
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	460.279	-	-	460.279	20
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.412.138	242.550	-	1.654.688	584.150
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.643.180	43.238	-	2.686.418	2.225.487
Debêntures	117	-	-	117	185
Posição Financiada	8.060.358	2.001.061	-	10.061.419	8.547.472
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	1.000.545
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	506.603
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.060.358	2.001.061	-	10.061.419	7.040.324
Posição Vendida	3.701.257	2.970.680	-	6.671.937	7.608.957
Letras do Tesouro Nacional - LTN	470.063	1.488.121	-	1.958.184	1.467.574
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.231.194	1.482.559	-	4.713.753	6.141.383
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	467.926	2.755.233	1.724.627	4.947.786	3.195.106
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.376.635	-	360.910	2.737.545	3.323.884
Provisões para Perdas	-	-	(200)	(200)	(200)
Total	19.121.890	8.012.762	2.085.337	29.219.989	25.485.061
Circulante				27.134.652	24.828.729
Longo Prazo				2.085.337	656.332

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

				31/03/2012	Banco 31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	22.591.338	123.750	-	22.715.088	27.311.123
Títulos Públicos	19.893.560	140.082	-	20.033.642	24.261.521
Títulos Privados	2.697.778	(16.332)	-	2.681.446	3.049.602
Títulos Disponíveis para Venda	65.004.785	-	1.471.234	66.476.019	72.622.162
Títulos Públicos	20.898.847	-	1.355.716	22.254.563	29.041.690
Títulos Privados	44.105.938	-	115.518	44.221.456	43.580.472
Títulos Mantidos até o Vencimento	944.748	-	-	944.748	964.596
Títulos Públicos	944.748	-	-	944.748	964.596
Total de Títulos e Valores Mobiliários	88.540.871	123.750	1.471.234	90.135.855	100.897.881
Derivativos (Ativo)	4.191.833	(460.432)	(273)	3.731.128	4.249.005
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	92.732.704	(336.682)	1.470.961	93.866.983	105.146.886
Circulante				28.970.052	36.552.965
Longo Prazo				64.896.931	68.593.921
Derivativos (Passivo)	(4.262.111)	471.350	(9.127)	(3.799.888)	(4.682.852)
Circulante				(1.335.731)	(2.138.328)
Longo Prazo				(2.464.157)	(2.544.524)

				31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	21.402.795	121.333	-	21.524.128	26.124.312
Títulos Públicos	20.820.759	137.665	-	20.958.424	25.225.455
Títulos Privados	582.036	(16.332)	-	565.704	898.857
Títulos Disponíveis para Venda	35.167.554	-	1.502.405	36.669.959	43.282.183
Títulos Públicos	21.765.791	-	1.386.887	23.152.678	30.360.152
Títulos Privados	13.401.763	-	115.518	13.517.281	12.922.031
Títulos Mantidos até o Vencimento	944.748	-	-	944.748	964.596
Títulos Públicos	944.748	-	-	944.748	964.596
Total de Títulos e Valores Mobiliários	57.515.097	121.333	1.502.405	59.138.835	70.371.091
Derivativos (Ativo)	4.189.742	(458.788)	(273)	3.730.681	4.245.146
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	61.704.839	(337.455)	1.502.132	62.869.516	74.616.237
Circulante				28.635.396	35.955.321
Longo Prazo				34.234.120	38.660.916
Derivativos (Passivo)	(4.262.183)	466.630	(9.127)	(3.804.680)	(4.682.942)
Circulante				(1.340.171)	(2.138.328)
Longo Prazo				(2.464.509)	(2.544.614)

II) Títulos para Negociação

			31/03/2012	Banco 31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	19.893.560	140.082	20.033.642	24.261.521
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	75.565	726	76.291	73.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.973.739	29.372	8.003.111	9.038.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	527.406	600	528.006	868.181
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.438.962	50.779	5.489.741	6.615.312
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	172.291	5.769	178.060	879
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	5.634.983	51.424	5.686.407	7.545.986
Títulos da Dívida Agrária - TDA	65.245	1.139	66.384	96.208
Títulos da Dívida Externa Brasileira	5.303	273	5.576	4.144
Debêntures ⁽¹⁾	66	-	66	18.827
Títulos Privados	2.697.778	(16.332)	2.681.446	3.049.602
Ações	254.156	(8.456)	245.700	173.897
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	27.813	-	27.813	28.779
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	372.977
Cotas de Fundos de Investimento	3.565	-	3.565	136.356
Debêntures	2.398.254	553	2.398.807	2.316.890
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	13.990	(8.429)	5.561	20.703
Total	22.591.338	123.750	22.715.088	27.311.123

						Banco 31/03/2012	Total
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de		
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos		
Títulos Públicos	-	1.606.976	6.620.900	5.982.031	5.823.735		20.033.642
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	76.291	-	-		76.291
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.578.826	2.806.137	2.980.015	638.133		8.003.111
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	163.674	350.140	14.192		528.006
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	21.589	111.828	2.397.814	2.958.510		5.489.741
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	1.832	5	-	176.223		178.060
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	3.438.413	217.292	2.030.702		5.686.407
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	4.729	24.486	36.770	399		66.384
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	5.576		5.576
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	66	-	-		66
Títulos Privados	277.078	1.954	45.983	27.177	2.329.254		2.681.446
Ações	245.700	-	-	-	-		245.700
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	27.813	-	-	-	-		27.813
Cotas de Fundos de Investimento	3.565	-	-	-	-		3.565
Debêntures	-	1.954	10.362	27.177	2.359.314		2.398.807
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	35.621	-	(30.060)		5.561
Total	277.078	1.608.930	6.666.883	6.009.208	8.152.989		22.715.088

			31/03/2012	Consolidado 31/12/2011
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	20.820.759	137.665	20.958.424	25.225.455
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	75.565	726	76.291	73.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.973.739	29.372	8.003.111	9.038.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.454.605	(1.817)	1.452.788	1.832.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.438.962	50.779	5.489.741	6.615.312
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	172.291	5.769	178.060	879
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	5.634.983	51.424	5.686.407	7.545.986
Títulos da Dívida Agrária - TDA	65.245	1.139	66.384	96.208
Títulos da Dívida Externa Brasileira	5.303	273	5.576	4.144
Debêntures ⁽¹⁾	66	-	66	18.827
Títulos Privados	582.036	(16.332)	565.704	898.857
Ações	281.406	(8.456)	272.950	173.897
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	27.813	-	27.813	28.779
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	41.930	-	41.930	372.977
Cotas de Fundos de Investimento	137.564	-	137.564	221.354
Debêntures	77.137	553	77.690	50.638
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	13.990	(8.429)	5.561	20.703
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.196	-	2.196	30.509
Cotas de Fundos Especialmente Constituídos - Garantidores de Planos de Benefícios - PGBL/VGBL	-	-	-	-
Total	21.402.795	121.333	21.524.128	26.124.312

						Consolidado 31/03/2012
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	1.606.976	6.748.529	6.727.742	5.875.177	20.958.424
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	76.291	-	-	76.291
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.578.826	2.806.137	2.980.015	638.133	8.003.111
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	291.303	1.095.851	65.634	1.452.788
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	21.589	111.828	2.397.814	2.958.510	5.489.741
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	1.832	5	-	176.223	178.060
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	3.438.413	217.292	2.030.702	5.686.407
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	4.729	24.486	36.770	399	66.384
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	5.576	5.576
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	66	-	-	66
Títulos Privados	482.887	4.150	45.983	27.177	5.507	565.704
Ações	272.950	-	-	-	-	272.950
Cotas de Fundos de Investimento						
em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	27.813	-	-	-	-	27.813
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	41.930	-	-	-	-	41.930
Cotas de Fundos de Investimento	137.564	-	-	-	-	137.564
Debêntures	2.630	1.954	10.362	27.177	35.567	77.690
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	35.621	-	(30.060)	5.561
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	2.196	-	-	-	2.196
Total	482.887	1.611.126	6.794.512	6.754.919	5.880.684	21.524.128

III) Títulos Disponíveis para Venda

			Banco 31/03/2012	31/12/2011
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	20.898.847	1.355.716	22.254.563	29.041.690
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	115.227	2.379	117.606	113.699
Crédito Securitizado	1.542	716	2.258	2.145
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.989.753	423.513	7.413.266	11.659.292
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.069.832	1.898	3.071.730	2.998.935
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	120.662	17.077	137.739	130.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	495.182	30.545	525.727	500.142
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	617.169	399.068	1.016.237	982.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	9.390.515	478.169	9.868.684	12.447.410
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	118	(1)	117	114
Títulos da Dívida Agrária - TDA	17	-	17	17
Debêntures ⁽¹⁾	98.830	2.352	101.182	206.426
Títulos Privados	44.105.938	115.518	44.221.456	43.580.472
Ações	614.686	23.635	638.321	731.081
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.711.364	-	1.711.364	2.118.797
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	475.909	(58.409)	417.500	448.237
Cotas de Fundos de Investimento	1.058	-	1.058	961
Debêntures ⁽³⁾	38.890.731	125.364	39.016.095	37.784.043
Eurobonds	180.526	(495)	180.031	184.872
Notas Promissórias - NP	779.234	(274)	778.960	950.933
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	19.797	1.107	20.904	24.228
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios - CDCA	-	-	-	2.507
Letras Financeiras - LF	126.379	(2.682)	123.697	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.306.254	27.272	1.333.526	1.334.813
Total	65.004.785	1.471.234	66.476.019	72.622.162

						Banco 31/03/2012
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	8.871	353.006	12.808.284	9.084.402	22.254.563
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	117.133	-	473	117.606
Crédito Securitizado	-	-	-	-	2.258	2.258
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	7.502	7.405.764	-	7.413.266
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.340	-	3.070.390	-	3.071.730
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.912	-	-	135.827	137.739
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	5.106	-	-	520.621	525.727
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6.209	-	1.010.028	1.016.237
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	222.044	2.332.130	7.314.510	9.868.684
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	-	-	117	-	-	117
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16	1	-	-	17
Debêntures ⁽¹⁾	-	497	-	-	100.685	101.182
Títulos Privados	2.768.243	224.120	1.479.721	1.443.690	38.305.682	44.221.456
Ações	638.321	-	-	-	-	638.321
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.711.364	-	-	-	-	1.711.364
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	417.500	-	-	-	-	417.500
Cotas de Fundos de Investimento	1.058	-	-	-	-	1.058
Debêntures ⁽³⁾	-	135.282	954.142	1.039.421	36.887.250	39.016.095
Eurobonds	-	9	176.520	3.502	-	180.031
Notas Promissórias - NP	-	77.160	189.025	270.908	241.867	778.960
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	3.029	6.162	11.713	20.904
Letras Financeiras - LF	-	-	-	123.697	-	123.697
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	11.669	157.005	-	1.164.852	1.333.526
Total	2.768.243	232.991	1.832.727	14.251.974	47.390.084	66.476.019

	Consolidado			
			31/03/2012	31/12/2011
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	21.765.791	1.386.887	23.152.678	30.360.152
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	115.227	2.379	117.606	113.699
Crédito Securitizado	1.542	716	2.258	2.145
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.152.166	424.850	7.577.016	11.738.863
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.138.780	2.070	3.140.850	3.078.254
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	120.662	17.077	137.739	130.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	495.182	30.545	525.727	500.142
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	617.169	399.068	1.016.237	982.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.026.098	507.831	10.533.929	13.606.982
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	118	(1)	117	114
Títulos da Dívida Agrária - TDA	17	-	17	17
Debêntures ⁽¹⁾	98.830	2.352	101.182	206.426
Títulos Privados	13.401.763	115.518	13.517.281	12.922.031
Ações	616.722	23.635	640.357	734.380
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.929.662	-	1.929.662	2.118.797
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	1.034.775	(58.409)	976.366	448.237
Cotas de Fundos de Investimento	1.058	-	1.058	67.208
Debêntures ⁽³⁾	7.407.356	125.364	7.532.720	7.056.056
Eurobonds	180.526	(495)	180.031	184.872
Notas Promissórias - NP	779.234	(274)	778.960	950.933
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	19.797	1.107	20.904	24.228
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios - CDCA	-	-	-	2.507
Letras Financeiras - LF	126.379	(2.682)	123.697	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.306.254	27.272	1.333.526	1.334.813
Total	35.167.554	1.502.405	36.669.959	43.282.183

						Consolidado 31/03/2012
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	-	28.547	413.427	13.318.371	9.392.333	23.152.678
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	117.133	-	473	117.606
Crédito Securitizado	-	-	-	-	2.258	2.258
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	7.502	7.488.696	80.818	7.577.016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.397	-	3.135.453	-	3.140.850
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.912	-	-	135.827	137.739
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	5.106	-	-	520.621	525.727
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6.209	-	1.010.028	1.016.237
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	15.619	282.465	2.694.222	7.541.623	10.533.929
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	-	-	117	-	-	117
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16	1	-	-	17
Debêntures ⁽¹⁾	-	497	-	-	100.685	101.182
Títulos Privados	3.547.443	224.120	1.479.721	1.443.690	6.822.307	13.517.281
Ações	640.357	-	-	-	-	640.357
Cotas de Fundos de Investimento						
em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.929.662	-	-	-	-	1.929.662
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	976.366	-	-	-	-	976.366
Cotas de Fundos de Investimento	1.058	-	-	-	-	1.058
Debêntures ⁽³⁾	-	135.282	954.142	1.039.421	5.403.875	7.532.720
Eurobonds	-	9	176.520	3.502	-	180.031
Notas Promissórias - NP	-	77.160	189.025	270.908	241.867	778.960
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	3.029	6.162	11.713	20.904
Letras Financeiras - LF	-	-	-	123.697	-	123.697
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	11.669	157.005	-	1.164.852	1.333.526
Total	3.547.443	252.667	1.893.148	14.762.061	16.214.640	36.669.959

(1) Emissão de sociedade de economia mista.

(2) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(3) Inclui R\$141.841 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							Banco/Consolidado 31/03/2012
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
	31/03/2012	31/12/2011	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	944.748	964.596	562	10.525	736	932.925	944.748
Notas do Tesouro							
Nacional - NTN C	942.674	962.041	-	9.798	-	932.876	942.674
Notas do Tesouro							
Nacional - NTN I	2.074	2.555	562	727	736	49	2.074
Total	944.748	964.596	562	10.525	736	932.925	944.748

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$1.605.536 no Banco e no Consolidado (31/12/2011 - R\$1.553.540 no Banco e no Consolidado).

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.154.323	2.453.677	1.380.709	1.711.502
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.867.523	1.118.667	851.726	550.413
Resultado de Títulos de Renda Variável	(234.150)	(104.474)	(236.362)	(104.894)
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	42.976	504.085
Outros	56.554	76.021	133.259	47.998
Total	3.844.250	3.543.891	2.172.308	2.709.104

b) Instrumentos Financeiros Derivativos
I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2012			Banco		
	Negociação			31/12/2011		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		(9.133)	33.315		(228.196)	(191.671)
Ativo	86.377.221	9.144.671	9.383.949	98.498.396	9.089.791	9.233.118
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	27.016.859	6.782.171	6.996.254	31.775.414	8.036.533	8.184.818
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	6.515.990	2.342.200	2.362.822	5.726.569	1.053.258	1.048.300
Indexados em Índices de Preços e Juros	10.673.075	-	-	13.259.314	-	-
Moeda Estrangeira	42.065.478	-	-	47.621.292	-	-
Outros	105.819	20.300	24.873	115.807	-	-
Passivo	86.386.354	(9.153.804)	(9.350.634)	98.726.592	(9.317.987)	(9.424.789)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.234.688	-	-	23.738.881	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.173.790	-	-	4.673.311	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.956.821	(6.283.746)	(6.239.575)	19.781.674	(6.522.360)	(6.352.475)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	44.935.536	(2.870.058)	(3.111.059)	50.340.717	(2.719.425)	(3.004.037)
Outros	85.519	-	-	192.009	(76.202)	(68.277)
Opções	148.834.776	(77.076)	(95.899)	266.612.580	(217.101)	(329.357)
Compromissos de Compra	66.715.624	278.262	202.962	110.672.248	239.107	208.117
Opções de Compra Dólar	671.410	14.191	8.446	1.299.890	22.549	39.528
Opções de Venda Dólar	675.996	3.421	1.069	794.230	2.656	65
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	36.595.279	163.224	90.722	74.456.856	111.458	48.267
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	28.772.939	97.426	102.725	34.121.272	102.444	120.257
Compromissos de Venda	82.119.152	(355.338)	(298.861)	155.940.332	(456.208)	(537.474)
Opções de Compra Dólar	522.726	(5.881)	(6.146)	2.842.096	(21.179)	(17.896)
Opções de Venda Dólar	1.181.115	(12.761)	(5.547)	2.848.995	(19.867)	(7.683)
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	44.309.417	(185.161)	(126.570)	69.094.441	(187.362)	(100.105)
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	36.105.894	(151.535)	(160.598)	81.154.800	(227.800)	(411.790)
Contratos de Futuros	60.218.355	-	-	100.361.012	-	-
Posição Comprada	24.976.891	-	-	46.879.640	-	-
Cupom Cambial (DDI)	4.441.793	-	-	1.727.725	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	17.703.678	-	-	42.328.562	-	-
Moeda Estrangeira	2.103.143	-	-	2.563.038	-	-
Índice ⁽³⁾	688.371	-	-	78.332	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	24.773	-	-	178.570	-	-
Outros	15.133	-	-	3.413	-	-
Posição Vendida	35.241.464	-	-	53.481.372	-	-
Cupom Cambial (DDI)	13.318.518	-	-	17.359.882	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	16.172.497	-	-	21.981.554	-	-
Moeda Estrangeira	5.055.368	-	-	13.923.253	-	-
Índice ⁽³⁾	601.887	-	-	38.496	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	93.194	-	-	178.187	-	-
Contratos a Termo e Outros	16.437.674	(60.088)	(43.914)	22.726.883	(13.515)	42.544
Compromissos de Compra	7.610.517	(976.312)	111.989	11.564.473	412.217	298.083
Moedas	7.607.860	(976.312)	111.989	11.556.048	412.217	298.083
Outros	2.657	-	-	8.425	-	-
Compromissos de Venda	8.827.157	916.224	(155.903)	11.162.410	(425.732)	(255.539)
Moedas	8.802.246	895.733	(176.134)	11.138.022	(442.856)	(272.312)
Outros	24.911	20.491	20.231	24.388	17.124	16.773

	31/03/2012			Consolidado		
	Negociação			31/12/2011		
	Valor		Mercado	Valor		Mercado
	Referencial	Curva		Referencial	Curva	
"Swap"		(11.297)	28.076	(232.234)	(195.627)	
Ativo	88.192.513	9.142.507	9.378.710	99.094.099	9.229.162	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	28.705.241	8.340.832	8.560.082	32.413.067	8.868.678	
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	6.642.900	781.375	793.755	5.684.619	360.484	
Indexados em Índices de Preços e Juros	10.673.075	-	-	13.259.314	-	
Moeda Estrangeira	42.065.478	-	-	47.621.292	-	
Outros	105.819	20.300	24.873	115.807	-	
Passivo	88.203.810	(9.153.804)	(9.350.634)	99.326.333	(9.424.789)	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.364.409	-	-	23.700.429	-	
Taxa de Juros Pré - Reais	5.861.525	-	-	5.311.504	-	
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.956.821	(6.283.746)	(6.239.575)	19.781.674	(6.352.475)	
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	44.935.536	(2.870.058)	(3.111.059)	50.340.717	(3.004.037)	
Outros	85.519	-	-	192.009	(68.277)	
Opções	148.834.776	(77.076)	(95.899)	266.612.580	(329.357)	
Compromissos de Compra	66.715.624	278.262	202.962	110.672.248	208.117	
Opções de Compra Dólar	671.410	14.191	8.446	1.299.890	39.528	
Opções de Venda Dólar	675.996	3.421	1.069	794.230	65	
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	36.595.279	163.224	90.722	74.456.856	48.267	
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	28.772.939	97.426	102.725	34.121.272	120.257	
Compromissos de Venda	82.119.152	(355.338)	(298.861)	155.940.332	(537.474)	
Opções de Compra Dólar	522.726	(5.881)	(6.146)	2.842.096	(17.896)	
Opções de Venda Dólar	1.181.115	(12.761)	(5.547)	2.848.995	(7.683)	
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	44.309.417	(185.161)	(126.570)	69.094.441	(100.105)	
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	36.105.894	(151.535)	(160.598)	81.154.800	(411.790)	
Contratos de Futuros	60.218.355	-	-	100.361.012	-	
Posição Comprada	24.976.891	-	-	46.879.640	-	
Cupom Cambial (DDI)	4.441.793	-	-	1.727.725	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	17.703.678	-	-	42.328.562	-	
Moeda Estrangeira	2.103.143	-	-	2.563.038	-	
Índice ⁽³⁾	688.371	-	-	78.332	-	
"Treasury Bonds/Notes"	24.773	-	-	178.570	-	
Outros	15.133	-	-	3.413	-	
Posição Vendida	35.241.464	-	-	53.481.372	-	
Cupom Cambial (DDI)	13.318.518	-	-	17.359.882	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	16.172.497	-	-	21.981.554	-	
Moeda Estrangeira	5.055.368	-	-	13.923.253	-	
Índice ⁽³⁾	601.887	-	-	38.496	-	
"Treasury Bonds/Notes"	93.194	-	-	178.187	-	
Contratos a Termo e Outros	16.437.674	(60.088)	(43.914)	22.726.891	42.551	
Compromissos de Compra	7.610.517	(976.312)	111.989	11.564.473	298.083	
Moedas	7.607.860	(976.312)	111.989	11.556.048	298.083	
Outros	2.657	-	-	8.425	-	
Compromissos de Venda	8.827.157	916.224	(155.903)	11.162.418	(255.532)	
Moedas	8.802.246	895.733	(176.134)	11.138.022	(272.312)	
Outros	24.911	20.491	20.231	24.396	16.780	

(1) Inclui derivativos de crédito.

(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	31/03/2012			Banco	
	Total			Valor Referencial	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	31/03/2012	31/12/2011
"Swap"	31.630.046	26.825.448	27.921.727	86.377.221	98.498.396
Opções	421.459	-	148.413.317	148.834.776	266.612.580
Contratos de Futuros	-	-	60.218.355	60.218.355	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	8.511.662	7.902.640	23.372	16.437.674	22.726.883

	31/03/2012			Consolidado	
	Total			Valor Referencial	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	31/03/2012	31/12/2011
"Swap"	31.630.046	26.794.920	29.767.547	88.192.513	99.094.099
Opções	421.459	-	148.413.317	148.834.776	266.612.580
Contratos de Futuros	-	-	60.218.355	60.218.355	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	8.511.662	7.902.640	23.372	16.437.674	22.726.891

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

					Banco	
					Valor Referencial	
					31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
"Swap"	11.523.792	25.321.698	49.531.731	86.377.221	98.498.396	98.498.396
Opções	33.974.883	108.587.430	6.272.463	148.834.776	266.612.580	266.612.580
Contratos de Futuros	29.997.213	10.586.823	19.634.319	60.218.355	100.361.012	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	8.245.734	5.343.652	2.848.288	16.437.674	22.726.883	22.726.883

					Consolidado	
					Valor Referencial	
					31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
"Swap"	12.265.725	26.169.397	49.757.391	88.192.513	99.094.099	99.094.099
Opções	33.974.883	108.587.430	6.272.463	148.834.776	266.612.580	266.612.580
Contratos de Futuros	29.997.213	10.586.823	19.634.319	60.218.355	100.361.012	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	8.245.734	5.343.652	2.848.288	16.437.674	22.726.891	22.726.891

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

				Banco	
				Valor Referencial	
				31/03/2012	31/12/2011
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	25.317.368	40.522.588	20.537.265	86.377.221	98.498.396
Opções	148.377.548	341.062	116.166	148.834.776	266.612.580
Contratos de Futuros	60.218.355	-	-	60.218.355	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	20.716	10.360.922	6.056.036	16.437.674	22.726.883

				Consolidado	
				Valor Referencial	
				31/03/2012	31/12/2011
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	25.317.368	42.337.880	20.537.265	88.192.513	99.094.099
Opções	148.377.548	341.062	116.166	148.834.776	266.612.580
Contratos de Futuros	60.218.355	-	-	60.218.355	100.361.012
Contratos a Termo e Outros	20.716	10.360.922	6.056.036	16.437.674	22.726.891

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

No Banco e no Consolidado, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$686.709 de custo (31/12/2011 - R\$557.327) e R\$630.865 de valor de mercado (31/12/2011 - R\$500.425). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.197 (31/12/2011 - R\$3.291).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/03/2012			Banco/Consolidado		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	78.170	49.288	(28.882)	74.928	76.175	1.247
Ativo	617.161	649.302	32.141	417.731	453.595	35.864
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	354.862	355.857	995	145.940	146.711	771
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	262.299	293.445	31.146	271.791	306.884	35.093
Passivo	(538.991)	(600.014)	(61.023)	(342.803)	(377.420)	(34.617)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(303.934)	(338.233)	(34.299)	(101.410)	(102.318)	(908)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(54.607)	(59.136)	(4.529)	(55.498)	(60.565)	(5.067)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(180.450)	(202.645)	(22.195)	(185.895)	(214.537)	(28.642)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	538.568	572.379	33.811	342.473	346.260	3.787
Operação de Crédito	417.241	430.539	13.298	342.473	346.260	3.787
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	181.791	196.376	14.585	100.871	102.321	1.450
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	55.006	59.136	4.130	55.663	60.565	4.902
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	180.444	175.027	(5.417)	185.939	183.374	(2.565)
Títulos e Valores Mobiliários	121.327	141.840	20.513	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	121.327	141.840	20.513	-	-	-

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	Valor de Referência	Valor da Curva	Banco/Consolidado	
			31/03/2012	31/12/2011
Instrumentos de "Hedge"			Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de "Swap"		(2.150)	(11.550)	(9.400)
Ativo	966.432	966.432	723.139	(243.293)
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	607.741	607.741	363.752	(243.989)
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	358.691	358.691	359.387	696
Passivo	(968.582)	(968.582)	(734.689)	233.893
Indexados em Moeda Estrangeira Pré-Dólar	(968.582)	(968.582)	(734.689)	233.893
Contratos de Futuros	29.029.405	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽³⁾	17.332.944	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁴⁾	11.696.461	-	-	-

	Valor de Referência	Valor da Curva	Banco/Consolidado	
			31/03/2012	31/12/2011
Instrumentos de "Hedge"			Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de "Swap"		(30.354)	(31.538)	(1.184)
Ativo	651.490	651.490	678.479	26.989
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	300.488	300.488	326.280	25.792
Indexados com Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	351.002	351.002	352.199	1.197
Passivo	(681.844)	(681.844)	(710.017)	(28.173)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré-Dólar	(681.844)	(681.844)	(710.017)	(28.173)
Contratos de Futuros	(1.794.034)	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽³⁾	(1.794.034)	-	-	-

Objeto de "Hedge" - Valor da Curva	Banco/Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativo	12.632.154	-
Operações de Crédito - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	12.632.154	-
Passivo	18.738.023	2.518.986
Eurobonds	602.177	300.803
Obrigações por Empréstimo no Exterior	358.691	351.002
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	17.777.155	1.867.181

(1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 15 de junho de 2012, cujo objeto de "hedge" são operações com obrigações por empréstimo no exterior.

(3) Operação com vencimento em 2 de janeiro de 2014 e valor atualizado dos instrumentos de R\$17.235.830 (31/12/2011 - R\$1.812.796) cujo objeto de "hedge" são certificados de depósitos bancários - CDB.

(4) Operações com vencimento entre 30 de abril de 2012 e 2 de janeiro de 2013 e valor atualizado dos instrumentos de R\$12.604.278, cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$71.859 e em 31 de dezembro de 2011 a um crédito de R\$15.149 está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pelo Bacen e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$7.560.561 (31/12/2011 - R\$8.678.353) no Banco e R\$7.737.960 (31/12/2011 - R\$8.851.981) no Consolidado.

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	3.165.043	3.338.882	3.164.596	3.335.016
Prêmios de Opções a Exercer	202.962	208.117	202.962	208.117
Contratos a Termo e Outros	363.123	702.006	363.123	702.013
Total	3.731.128	4.249.005	3.730.681	4.245.146
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	3.093.990	3.485.916	3.098.782	3.486.006
Prêmios de Opções Lançadas	298.861	537.474	298.861	537.474
Contratos a Termo e Outros	407.037	659.462	407.037	659.462
Total	3.799.888	4.682.852	3.804.680	4.682.942

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander calcula a sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando as situações de deterioração previstas na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos. Os cenários 2 e 3 consideram essas situações de deterioração.

Cenário 1: é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somando um choque de 10% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 10 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizadas para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 100 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 500 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Americano: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

Cupom de Outras Moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de qualquer moeda que não o Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

TR e TJLP: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da TR e da TJLP.

Taxa Pré - Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações acima.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2012.

Carteira Negociação			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(15.805)	(3.627)	136.286
Cupom de Outras Moedas	(3.400)	(33.997)	(169.985)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(8.657)	(86.572)	(432.860)
Ações e Índices	(34.927)	(87.317)	(174.634)
Inflação	5.006	50.064	250.318
Outros	(1.020)	(10.198)	(50.990)
Total ⁽¹⁾	(58.803)	(171.647)	(441.865)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Carteira "Banking"			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	5.144	51.444	257.220
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(5.457)	(54.571)	(272.855)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(25.867)	(258.666)	(1.293.331)
Inflação	(1.708)	(17.085)	(85.424)
Total ^{(1) (2)}	(27.888)	(278.878)	(1.394.390)

(1) Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Operações de Crédito	147.421.881	146.209.701	175.522.638	172.713.683
Empréstimos e Títulos Descontados	98.440.793	96.317.939	98.432.343	96.315.393
Financiamentos	28.535.700	29.774.300	56.644.907	56.280.828
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.263.801	4.401.149	4.263.801	4.401.149
Financiamentos Imobiliários	16.042.868	15.611.354	16.042.868	15.611.354
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	138.719	104.959	138.719	104.959
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	139.049	173.977	7.202.012	7.771.628
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9)	2.042.180	2.225.486	2.042.180	2.225.486
Outros Créditos ⁽²⁾	12.757.258	12.524.121	14.566.575	14.351.563
Total	162.360.368	161.133.285	199.333.405	197.062.360
Circulante	69.830.242	72.220.194	86.356.414	89.183.403
Longo Prazo	92.530.126	88.913.091	112.976.991	107.878.957

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação no montante de R\$688.821. O resultado da cessão apurado foi de R\$111.539 no Banco e R\$96.326 no Consolidado, registrado em outras receitas operacionais. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. O valor presente das operações cedidas em 31 de março de 2012 é de R\$656.222 (31/12/2011 - R\$686.587).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Vencidas	10.013.792	9.596.484	10.772.673	10.211.289
A Vencer:				
Até 3 Meses	34.620.460	31.652.406	40.957.331	37.856.055
De 3 a 12 Meses	35.209.782	40.567.788	45.399.083	51.327.348
Acima de 12 Meses	82.516.334	79.316.607	102.204.318	97.667.668
Total	162.360.368	161.133.285	199.333.405	197.062.360

c) Carteira de Arrendamento

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	159.192	202.525	8.889.532	9.660.674
Arrendamentos a Receber	63.328	80.243	5.680.626	6.237.316
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	95.864	122.282	3.208.906	3.423.358
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(61.980)	(78.689)	(5.510.668)	(6.054.271)
Valores Residuais a Balancear	(95.864)	(122.282)	(3.208.906)	(3.423.358)
Imobilizado de Arrendamento	593.000	634.178	18.411.307	19.200.921
Depreciações Acumuladas	(506.271)	(522.549)	(11.447.326)	(11.920.711)
Superveniências de Depreciações	439.861	460.577	8.138.035	8.690.240
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	6	190.375	198.123
Credores por Antecipação de Valor Residual	(388.889)	(399.789)	(8.278.894)	(8.599.595)
Outros Valores e Bens	-	-	18.557	19.605
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	139.049	173.977	7.202.012	7.771.628

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$20.143 (31/12/2011 - R\$28.548) no Banco e R\$1.687.520 (31/12/2011 - R\$1.889.046) no Consolidado.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Vencidas	3.246	7.617	69.942	223.633
A Vencer:				
Até 1 Ano	105.067	114.443	4.247.990	4.350.813
De 1 a 5 Anos	50.871	80.436	4.563.133	5.078.584
Acima de 5 Anos	8	29	8.467	7.644
Total	159.192	202.525	8.889.532	9.660.674

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Vencidas	4.799	5.549	144.115	147.580
A Vencer:				
Até 1 Ano	92.996	106.344	3.815.761	3.989.436
De 1 a 5 Anos	41.249	62.071	3.239.050	3.631.474
Acima de 5 Anos	5	13	3.086	3.138
Total	139.049	173.977	7.202.012	7.771.628

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Setor Privado	162.175.954	160.952.649	199.139.227	196.871.238
Indústria	27.684.460	28.180.051	28.235.997	28.740.521
Comércio	18.748.082	18.563.539	21.609.156	21.786.771
Instituições Financeiras	140.704	155.595	144.645	159.858
Serviços e Outros ⁽¹⁾	47.245.249	46.616.070	49.478.725	48.806.141
Pessoas Físicas	64.093.677	63.036.245	95.406.922	92.976.798
Cartão de Crédito	13.797.585	14.144.321	13.797.585	14.144.321
Crédito Imobiliário	9.518.285	9.331.186	9.518.285	9.331.186
Crédito Consignado	12.860.982	12.248.013	12.860.982	12.248.013
Financiamento e Leasing de Veículos	2.602.696	2.645.605	31.983.173	30.636.960
Outros ⁽²⁾	25.314.129	24.667.120	27.246.897	26.616.318
Agricultura	4.263.782	4.401.149	4.263.782	4.401.149
Setor Público	184.414	180.636	194.178	191.122
Governo Federal	2.692	5.151	2.692	5.151
Governo Estadual	174.350	167.973	176.507	170.248
Governo Municipal	7.372	7.512	14.979	15.723
Total	162.360.368	161.133.285	199.333.405	197.062.360

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 31/03/2012 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	64.193.453	-	64.193.453	-	-	-
A	0,5%	68.377.416	-	68.377.416	341.887	259.811	601.698
B	1%	4.483.890	1.787.349	6.271.239	62.712	111.147	173.859
C	3%	3.854.759	3.281.081	7.135.840	214.075	68.820	282.895
D	10%	747.380	3.325.319	4.072.699	407.270	-	407.270
E	30%	294.930	1.492.699	1.787.629	536.289	-	536.289
F	50%	100.717	3.155.034	3.255.751	1.627.876	-	1.627.876
G	70%	43.332	1.193.891	1.237.223	866.056	-	866.056
H	100%	170.477	5.858.641	6.029.118	6.029.118	-	6.029.118
Total		142.266.354	20.094.014	162.360.368	10.085.283	439.778	10.525.061

							Banco
							31/12/2011
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total			
AA	-	64.581.385	-	64.581.385	-	-	-
A	0,5%	67.917.806	-	67.917.806	339.589	254.404	593.993
B	1%	4.632.093	1.480.012	6.112.105	61.121	107.183	168.304
C	3%	3.923.720	2.897.239	6.820.959	204.629	196.551	401.180
D	10%	937.446	2.855.641	3.793.087	379.309	-	379.309
E	30%	292.421	1.510.848	1.803.269	540.981	-	540.981
F	50%	58.995	2.379.044	2.438.039	1.219.020	-	1.219.020
G	70%	18.905	1.003.188	1.022.093	715.465	-	715.465
H	100%	194.241	6.450.301	6.644.542	6.644.542	-	6.644.542
Total		142.557.012	18.576.273	161.133.285	10.104.656	558.138	10.662.794

							Consolidado
							31/03/2012
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total			
AA	-	66.173.031	-	66.173.031	-	-	-
A	0,5%	97.766.035	-	97.766.035	488.830	291.185	780.015
B	1%	4.812.890	3.095.332	7.908.222	79.082	116.486	195.568
C	3%	4.360.849	4.614.140	8.974.989	269.250	69.823	339.073
D	10%	761.713	3.875.972	4.637.685	463.769	-	463.769
E	30%	298.805	1.823.227	2.122.032	636.610	-	636.610
F	50%	111.285	3.411.599	3.522.884	1.761.442	-	1.761.442
G	70%	43.848	1.377.433	1.421.281	994.896	-	994.896
H	100%	174.523	6.632.723	6.807.246	6.807.246	-	6.807.246
Total		174.502.979	24.830.426	199.333.405	11.501.125	477.494	11.978.619

							Consolidado
							31/12/2011
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total			
AA	-	66.539.402	-	66.539.402	-	-	-
A	0,5%	96.842.450	-	96.842.450	484.212	284.640	768.852
B	1%	5.050.223	2.668.842	7.719.065	77.191	113.008	190.199
C	3%	4.338.893	4.045.556	8.384.449	251.533	198.206	449.739
D	10%	951.052	3.308.419	4.259.471	425.947	-	425.947
E	30%	297.549	1.780.350	2.077.899	623.370	-	623.370
F	50%	67.941	2.611.345	2.679.286	1.339.643	-	1.339.643
G	70%	19.417	1.179.268	1.198.685	839.080	-	839.080
H	100%	199.088	7.162.565	7.361.653	7.361.653	-	7.361.653
Total		174.306.015	22.756.345	197.062.360	11.402.629	595.854	11.998.483

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Saldo Inicial	10.662.794	7.640.896	11.998.483	8.724.444
Constituições	2.917.987	2.405.729	3.424.459	2.745.112
Baixas	(3.055.720)	(1.484.337)	(3.444.323)	(1.784.348)
Outras Movimentações	-	-	-	(206)
Saldo Final ⁽¹⁾	10.525.061	8.562.288	11.978.619	9.685.002
Circulante	1.479.759	1.699.356	2.009.595	2.123.299
Longo Prazo	9.045.302	6.862.932	9.969.024	7.561.703
Créditos Recuperados no Acumulado do Período ⁽²⁾	290.771	572.745	333.509	603.539

(1) Inclui R\$10.962 (31/03/2012 - R\$27.246) no Banco e R\$339.165 (31/03/2011 - R\$524.226) no Consolidado de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. No trimestre findo em 31 de março de 2012, no Banco e no Consolidado inclui resultado de cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$20.603.

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/03/2012		Consolidado 31/12/2011	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	9.800.532	3,9%	10.068.894	4,0%
10 Maiores	26.309.941	10,4%	28.285.880	11,2%
20 Maiores	34.138.065	13,5%	37.817.838	15,0%
50 Maiores	49.098.000	19,4%	55.371.687	21,9%
100 Maiores	62.228.760	24,6%	69.464.830	27,5%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	15.368.497	16.390.313
Câmbio Comprado a Liquidar	16.371.780	18.778.367
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(259.120)	(100.932)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	69.036	68.963
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	9.006
Total	31.550.193	35.145.717
Circulante	30.907.568	34.851.804
Longo Prazo	642.625	293.913
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	15.618.386	16.993.366
Obrigações por Compra de Câmbio	16.176.999	18.007.976
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.042.180)	(2.225.486)
Outros	7.486	17.998
Total	29.760.691	32.793.854
Circulante	29.613.129	32.393.881
Longo Prazo	147.562	399.973
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	685.979	700.160
Créditos de Exportação Confirmados	39.914	166.825

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	238.514	256.101	238.514	257.337
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	25.444	73.135	139.362	159.253
Bolsas - Depósitos em Garantia	16.989	276.919	16.989	277.272
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	25.150	23.931
Outros	261.783	88.408	261.783	88.408
Total (Circulante)	542.730	694.563	681.798	806.201
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	182.687	290.187	183.487	290.187
Credores - Conta Liquidações Pendentes	75.102	51.000	214.088	164.518
Credores por Empréstimos de Ações	371.033	351.296	371.033	351.296
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	468	550
Comissões e Corretagens a Pagar	2.072	1.787	2.647	2.322
Outros	-	-	320	-
Total	630.894	694.270	772.043	808.873
Circulante	630.894	694.242	772.043	808.845
Longo Prazo	-	28	-	28

11. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	1.164.934	(1.003.347)	4.259.803
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	26.835	(217)	557.927
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	231.821	(75.843)	2.769.776
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	41.463	(148.013)	1.115.279
Ágio Amortizado	116.762	-	(18.822)	97.940
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.264	-	(121.139)	1.553.125
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.788	50.061	-	150.849
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	314.938	12.446	-	327.384
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	133.749	(306.811)	140.360
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	40.838	-	1.493.499
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	1.702.147	(1.674.192)	12.465.942
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	28.468	-	357.717
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	1.730.615	(1.674.192)	13.507.240
Créditos não Registrados	(889.053)	-	73.473	(815.580)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	1.730.615	(1.600.719)	12.691.660
Circulante	5.980.796			6.008.021
Longo Prazo	6.580.968			6.683.639

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.910.458	1.350.182	(1.134.674)	5.125.966
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	572.192	31.818	(963)	603.047
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.078.496	271.804	(81.447)	3.268.853
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.250.403	43.228	(150.801)	1.142.830
Ágio Amortizado	124.705	-	(18.822)	105.883
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.588	1.106	(121.196)	1.554.498
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.918	50.061	(130)	150.849
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	314.938	12.446	-	327.384
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	333.032	145.438	(331.132)	147.338
Outras Provisões Temporárias	1.544.846	46.356	(8.163)	1.583.039
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	13.904.576	1.952.439	(1.847.328)	14.009.687
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.523.618	56.588	(94.455)	1.485.751
Contribuição Social - MP 2.158/2001	697.727	-	-	697.727
Total dos Créditos Tributários	16.125.921	2.009.027	(1.941.783)	16.193.165
Créditos não Registrados	(995.838)	-	73.455	(922.383)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	15.130.083	2.009.027	(1.868.328)	15.270.782
Circulante	7.086.783			7.118.581
Longo Prazo	8.043.300			8.152.201

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							Banco 31/03/2012	
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins					
2012	3.306.904	1.790.708	62.688	-	-	5.160.300	5.160.300	
2013	1.779.538	1.060.456	83.585	323.003	144.299	3.390.881	3.390.881	
2014	1.155.753	697.579	23.253	-	91.849	1.968.434	1.968.434	
2015	411.534	248.501	3.142	-	34.855	698.032	698.032	
2016	122.737	79.339	3.142	-	212.774	417.992	417.992	
2017 a 2019	298.998	166.222	785	-	199.804	665.809	665.809	
2020 a 2021	196.517	109.125	-	-	-	305.642	305.642	
2022 a 2024	404.226	211.050	-	34.714	-	649.990	84.570	
2025 a 2026	103.300	60.012	-	-	-	163.312	-	
Após 2026	54.280	32.568	-	-	-	86.848	-	
Total	7.833.787	4.455.560	176.595	357.717	683.581	13.507.240	12.691.660	

							Consolidado 31/03/2012	
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins					
2012	3.717.734	2.004.447	62.742	308.920	14.146	6.107.989	6.107.771	
2013	2.009.683	1.202.867	83.656	603.173	144.299	4.043.678	4.043.240	
2014	1.362.820	828.026	23.271	177.716	91.849	2.483.682	2.482.305	
2015	468.068	283.326	3.142	85.470	34.855	874.861	874.464	
2016	177.506	109.711	3.142	90.574	212.774	593.707	593.707	
2017 a 2019	308.640	171.265	785	56.869	199.804	737.363	737.362	
2020 a 2021	208.412	114.375	-	21.859	-	344.646	344.646	
2022 a 2024	404.622	211.287	-	141.170	-	757.079	87.287	
2025 a 2026	103.300	60.012	-	-	-	163.312	-	
Após 2026	54.280	32.568	-	-	-	86.848	-	
Total	8.815.065	5.017.884	176.738	1.485.751	697.727	16.193.165	15.270.782	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$11.612.504 (31/12/2011 - R\$11.511.849) no Banco e R\$13.950.607 (31/12/2011 - R\$13.819.160) no Consolidado e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$11.273.020 (31/12/2011 - R\$11.133.475) no Banco e R\$13.562.138 (31/12/2011 - R\$13.395.205) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	9.379.900	10.150.781	9.379.900	10.150.781
Direitos Creditórios	3.055.252	2.090.820	4.858.233	3.911.299
Cédula de Produto Rural (CPR)	177.320	137.266	177.320	137.266
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.155.918	3.052.996	4.267.665	4.067.532
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.976.190	1.957.752	2.033.343	2.011.308
Outros	593.103	590.224	723.793	720.998
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.h)	852.749	840.772	1.019.237	992.687
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.128.424	1.438.191	2.910.467	2.064.446
Pagamentos a Ressarcir	214.814	215.237	143.792	144.560
Adiantamentos Salariais/Outros	451.212	402.682	458.833	410.301
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	67.466	74.468	73.802	81.431
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.g)	496.304	435.710	479.846	356.187
Outros	2.724.221	2.472.179	2.906.579	2.605.215
Total	25.272.873	23.859.078	29.432.810	27.654.011
Circulante	16.535.509	13.865.062	18.425.686	15.491.730
Longo Prazo	8.737.364	9.994.016	11.007.124	12.162.281

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander estabeleceu uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander EFC), com participação direta de 100%, para complementar sua estratégia de comércio exterior permitindo que sejam oferecidos produtos e serviços financeiros para clientes pessoas jurídicas - grandes empresas brasileiras que mantêm operações no exterior.

A constituição da subsidiária foi aprovada pelo Bacen em 26 de setembro de 2011, pelo Ministério de Economía y Hacienda da Espanha em 6 de fevereiro de 2012 e pelo Banco de España em 28 de março de 2012. A remessa dos recursos para integralização do capital social da subsidiária foi realizada em 5 de março de 2012, no montante de €748 milhões.

	Agência Grand Cayman ⁽¹⁾		Santander EFC
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012
Ativo	46.186.367	46.442.545	1.816.819
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	46.186.335	46.442.510	1.816.819
Disponibilidades	206.821	215.913	1.816.819
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.820.734	3.293.618	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	20.377.490	18.222.565	-
Operações de Crédito ⁽²⁾	19.781.709	21.062.945	-
Carteira de Câmbio	2.418.023	3.010.026	-
Outros	581.558	637.443	-
Ativo Permanente	32	35	-
Passivo	46.186.367	46.442.545	1.816.819
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	28.306.481	28.361.201	-
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	4.835.042	4.153.380	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.243.112	8.169.049	-
Obrigações por Empréstimos ⁽³⁾	10.111.382	10.893.792	-
Carteira de Câmbio	2.359.546	3.112.695	-
Outros	1.757.399	2.032.285	-
Resultados de Exercícios Futuros	11.415	15.213	-
Patrimônio Líquido	17.868.471	18.066.131	1.816.819
Lucro Líquido	327.111	1.201.241	-

(1) Posições financeiras resumidas, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço e incluídas nas demonstrações financeiras.

(2) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(3) Obrigações por Empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento e importação e outras linhas de crédito.

14. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
		31/03/2012			
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing)	Leasing	65	32	39,88%	39,88%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%	100,00%
Santander Administradora de Consórcios Ltda. (Santander Consórcios)	Consórcio	3.000	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio)	Consórcio	92.925	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.183.667.026	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,64%	39,64%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) ⁽³⁾	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (SB Advisory) ⁽²⁾	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ^{(2) (3)}	Holding	629	-	100,00%	100,00%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽⁸⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) ⁽⁶⁾	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações) ⁽⁷⁾	Holding	12.000	-	78,35%	78,35%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) ⁽¹⁰⁾	Holding	37.406	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito S.A. ⁽¹¹⁾	Financeira	74.797	-	100,00%	100,00%
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) ⁽⁶⁾	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Controlada da Santander Participações					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	110.769.432	-	-	99,99%
Controladas em Conjunto					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽⁹⁾	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽⁹⁾	Outras Atividades	3.859	1.217	11,11%	11,11%
Coligadas					
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

	Patrimônio	Lucro Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da	
	Líquido	(Prejuízo)			Equivalência Patrimonial	
	Ajustado	Ajustado	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Controladas do Banco Santander						
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	59.099
Santander Leasing	10.176.198	176.902	7.995.849	7.856.850	138.999	166.235
RCI Leasing	567.951	21.895	226.509	228.253	8.732	5.604
Santander Brasil Asset ⁽⁵⁾	200.214	15.084	200.214	187.770	12.444	14.533
Santander Consórcios	4.285	54	4.285	4.231	54	(5)
SB Consórcio	156.640	8.925	156.640	147.715	8.925	8.877
Banco Bandepe ⁽⁵⁾	3.040.746	66.860	3.040.746	4.408.918	31.860	47.230
Aymoré CFI	1.227.890	6.375	1.227.890	1.221.515	6.375	60.870
RCI Brasil	332.713	21.277	131.884	123.450	8.434	4.772
Microcrédito	19.356	1.800	19.356	17.556	1.800	859
CRV DTVM ^{(3) (5)}	23.146	1.067	23.146	22.394	752	1.101
Santander CCVM ⁽⁵⁾	274.252	24.746	274.252	253.076	21.176	10.788
SB Advisory ⁽²⁾	17.325	665	16.723	39.262	623	1.056
Santander Participações ^{(2) (3)}	1.343.226	74.496	1.343.226	268.730	74.496	9.541
Webmotors S.A.	64.442	3.928	64.442	60.514	3.928	2.999
Santander Getnet ⁽⁸⁾	35.649	9.527	17.825	13.061	4.764	2.419
Sancap ⁽⁶⁾	268.591	42.113	268.591	241.716	42.113	-
MS Participações ⁽⁷⁾	11.901	(1.296)	9.325	12.311	(2.986)	(16)
Mantiq ⁽¹⁰⁾	5.506	706	5.506	50	706	-
Santos Energia ⁽¹⁰⁾	2.329	(160)	2.329	1.310	(480)	-
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. ¹	1.816.819	-	1.816.840	-	-	-

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/03/2012	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 31/03/2012	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Controlada da Sancap						
Santander Capitalização ⁽⁶⁾	268.051	42.113	-	-	-	-
Controlada da Santander Participações						
Santander Serviços	170.403	3.527	-	-	-	-
Controladas em Conjunto						
Cibrasec ^{(5) (9)}	74.222	5.354	10.121	10.287	671	1.021
Norchem Participações	45.889	833	22.945	22.528	417	594
EBP ⁽⁹⁾	12.885	6.769	1.432	679	752	(28)
Coligadas						
Norchem Holding	113.040	1.774	24.586	24.200	386	1.087
Total Banco	20.273.669	535.334	16.904.662	15.166.376	364.941	398.636
Controladas em Conjunto e Coligadas						
Norchem Holding			24.586	24.200	386	1.087
Total Consolidado			24.586	24.200	386	1.071

(1) Empresa incorporada pela SB Advisory em 28 de fevereiro de 2011.

(2) Nas AGEs realizadas em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração da denominação social de Santander Advisory Services S.A. para Santander Participações S.A.; (ii) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (iii) alteração dos seus objetos sociais de ambas as empresas.

(3) Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2011, foram aprovadas (i) a Cisão Parcial da CRV DTVM pela Santander Participações, sendo que a versão da parcela cindida refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities); e (ii) a Incorporação da Securities pela Santander Participações. Na AGE realizada em 29 de março de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Santander Participações no valor de R\$1.000.000, através da transferência de ativos do Banco Santander, no valor de R\$745.191 e em forma de caixa, no valor de R\$254.809.

(4) Investimento alienado em outubro de 2011 (Nota 36).

(5) O resultado de equivalência patrimonial não inclui os juros sobre o capital próprio destacados no período, que estão apresentados nas outras receitas operacionais (Nota 29).

(6) Na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 36.b).

(7) Participação adquirida em fevereiro de 2011.

(8) O Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina a controle do Banco sob a entidade.

(9) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco presume influência significativa sobre essa participação, que é comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e a investida.

(10) Participação adquirida em dezembro de 2011.

(11) Subsidiária independente na Espanha estabelecida em março 2012 (Nota 13).

15. Imobilizado de Uso

			Banco	
	Custo	Depreciação	31/03/2012 Residual	31/12/2011 Residual
Imóveis de Uso	2.135.430	(440.571)	1.694.859	1.708.109
Terrenos	707.427	-	707.427	707.991
Edificações	1.428.003	(440.571)	987.432	1.000.118
Outras Imobilizações de Uso	6.764.227	(3.544.109)	3.220.118	3.194.782
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.590.164	(619.308)	970.856	928.980
Sistemas de Processamento de Dados	2.012.798	(1.513.898)	498.900	505.282
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.075.599	(937.691)	1.137.908	1.139.294
Sistemas de Segurança e Comunicações	452.579	(252.811)	199.768	201.885
Outras	633.087	(220.401)	412.686	419.341
Total	8.899.657	(3.984.680)	4.914.977	4.902.891

			Consolidado	
	Custo	Depreciação	31/03/2012 Residual	31/12/2011 Residual
Imóveis de Uso	2.137.572	(442.097)	1.695.475	1.708.705
Terrenos	708.580	-	708.580	709.143
Edificações	1.428.992	(442.097)	986.895	999.562
Outras Imobilizações de Uso	6.835.731	(3.579.925)	3.255.806	3.226.170
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.599.120	(624.037)	975.083	933.201
Sistemas de Processamento de Dados	2.020.861	(1.520.472)	500.389	506.506
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.120.105	(956.261)	1.163.844	1.164.810
Sistemas de Segurança e Comunicações	456.737	(256.657)	200.080	202.215
Outras	638.908	(222.498)	416.410	419.438
Total	8.973.303	(4.022.022)	4.951.281	4.934.875

16. Intangível

	Custo	Amortização	Banco	
			31/03/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.874.101	(11.342.093)	15.532.008	16.441.254
Outros Ativos Intangíveis	6.214.304	(2.763.012)	3.451.292	3.420.251
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.141.714	(1.083.864)	2.057.850	2.038.763
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.914.597	(1.670.304)	1.244.293	1.302.155
Outros	157.993	(8.844)	149.149	79.333
Total	33.088.405	(14.105.105)	18.983.300	19.861.505

	Custo	Amortização	Consolidado	
			31/03/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.037.015	(11.371.886)	15.665.129	16.574.375
Outros Ativos Intangíveis	6.304.950	(2.789.376)	3.515.574	3.476.211
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.230.188	(1.108.791)	2.121.397	2.093.855
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.914.597	(1.670.304)	1.244.293	1.302.155
Outros	160.165	(10.281)	149.884	80.201
Total	33.341.965	(14.161.262)	19.180.703	20.050.586

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo, e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2011, e para o período atual não foi identificada qualquer evidência de perda no valor recuperável.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Banco	
					31/03/2012 Total	31/12/2011 Total
Depósitos à Vista	11.993.069	-	-	-	11.993.069	13.684.773
Depósitos de Poupança	23.922.380	-	-	-	23.922.380	23.293.434
Depósitos Interfinanceiros	-	3.215.500	42.479.577	8.520.417	54.215.494	50.396.953
Depósitos a Prazo	152.966	18.406.102	16.313.585	49.342.713	84.215.366	82.002.743
Total	36.068.415	21.621.602	58.793.162	57.863.130	174.346.309	169.377.903
Circulante					116.483.179	113.464.541
Longo Prazo					57.863.130	55.913.362

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Consolidado	
					31/03/2012 Total	31/12/2011 Total
Depósitos à Vista	11.817.451	-	-	-	11.817.451	13.536.806
Depósitos de Poupança	23.922.380	-	-	-	23.922.380	23.293.434
Depósitos Interfinanceiros	-	564.787	1.420.257	968.300	2.953.344	2.870.118
Depósitos a Prazo	152.966	18.404.870	16.313.585	49.342.285	84.213.706	82.097.239
Total	35.892.797	18.969.657	17.733.842	50.310.585	122.906.881	121.797.597
Circulante					72.596.296	72.738.135
Longo Prazo					50.310.585	49.059.462

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Banco	
				31/03/2012 Total	31/12/2011 Total
Carteira Própria	21.318.452	5.273.664	26.526.368	53.118.484	64.559.541
Títulos Públicos	17.806.469	17.045	-	17.823.514	33.634.347
Outras	3.511.983	5.256.619	26.526.368	35.294.970	30.925.194
Carteira de Terceiros	10.052.073	-	-	10.052.073	8.424.898
Carteira de Livre Movimentação	3.824.451	3.041.030	-	6.865.481	7.911.677
Total	35.194.976	8.314.694	26.526.368	70.036.038	80.896.116
Circulante				43.509.670	59.231.381
Longo Prazo				26.526.368	21.664.735

				Consolidado	
				31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	20.115.353	4.939.004	26.167.838	51.222.195	62.756.346
Títulos Públicos	16.603.916	17.045	-	16.620.961	32.302.848
Títulos de Emissão Própria	3.511.320	4.921.959	26.167.838	34.601.117	30.453.313
Outros	117	-	-	117	185
Carteira de Terceiros	8.460.310	-	-	8.460.310	7.367.550
Carteira de Livre Movimentação	3.824.451	3.041.030	-	6.865.481	7.911.677
Total	32.400.114	7.980.034	26.167.838	66.547.986	78.035.573
Circulante				40.380.148	56.451.019
Longo Prazo				26.167.838	21.584.554

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				Banco	
				31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	3.622.030	18.958.289	13.393.896	35.974.215	29.817.371
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.391.078	6.612.347	404.221	9.407.646	8.550.108
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	608.434	769.598	211.072	1.589.104	1.341.232
Letras Financeiras ⁽¹⁾	622.518	11.576.344	12.778.603	24.977.465	19.926.031
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	138.880	463.695	9.202.676	9.805.251	8.696.644
Eurobonds	138.880	292.756	7.344.147	7.775.783	6.544.102
Notas de Securitização - MT100 ⁽²⁾	-	170.939	1.858.529	2.029.468	2.152.542
Total	3.760.910	19.421.984	22.596.572	45.779.466	38.514.015
Circulante				23.182.894	17.426.772
Longo Prazo				22.596.572	21.087.243

				Consolidado	
				31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	33.501	106.874	522.810	663.185	705.785
Recursos de Debêntures ⁽³⁾	-	129.968	-	129.968	80.744
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	3.622.030	18.962.017	14.223.292	36.807.339	30.449.792
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.391.078	6.616.075	405.855	9.413.008	8.556.382
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	608.434	769.598	211.072	1.589.104	1.341.232
Letras Financeiras ⁽¹⁾	622.518	11.576.344	13.606.365	25.805.227	20.552.178
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	138.880	463.695	9.202.676	9.805.251	8.696.644
Eurobonds	138.880	292.756	7.344.147	7.775.783	6.544.102
Notas de Securitização - MT100 ⁽²⁾	-	170.939	1.858.529	2.029.468	2.152.542
Total	3.794.411	19.662.554	23.948.778	47.405.743	39.932.965
Circulante				23.456.965	17.742.997
Longo Prazo				23.948.778	22.189.968

(1) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2012, possuem prazo de vencimento entre 2012 a 2017.

(2) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

(3) Emissão de debêntures com remuneração indexada ao CDI + 1,77%a.a. e vencimento 21 de novembro de 2012.

					Banco/Consolidado	
					31/03/2012	31/12/2011
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
Eurobonds	março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	2.188.396	2.252.536
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.563.619	1.617.341
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	1.533.137	1.608.424
Eurobonds	fevereiro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	1.452.954	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	347.076	333.182
Eurobonds	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	305.983	300.803
Eurobonds	março-05	março-13	R\$	17,0%	162.355	169.223
Eurobonds	dezembro-11	janeiro-12	US\$	Zero Cupom	-	73.017
Eurobonds ⁽¹⁾	junho-07	maio-17	R\$	FDIC	27.261	28.196
Outras					195.002	161.380
Total					7.775.783	6.544.102

(1) Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".

Notas de Securitização - MT100	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					31/03/2012	31/12/2011
Série 2008-1 ⁽¹⁾	maio-08	março-15	US\$	6,2%	220.669	265.203
Série 2008-2 ⁽¹⁾⁽²⁾	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 meses) + 0,8%	729.178	753.126
Série 2009-1 ⁽¹⁾	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 meses) + 2,1%	76.569	94.494
Série 2009-2 ⁽¹⁾⁽³⁾	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	91.279	95.434
Série 2010-1 ⁽¹⁾⁽⁴⁾	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,5%	455.835	471.594
Série 2011-1 ⁽¹⁾⁽⁵⁾	maio-11	março-18	US\$	4,2%	182.444	189.790
Série 2011-2 ⁽¹⁾⁽⁶⁾	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 meses) + 1,4%	273.494	282.901
Total					2.029.468	2.152.542

(1) Encargos pagos semestralmente.

(2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).

(3) Principal será pago em 14 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

(4) Principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de março de 2013.

(5) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

(6) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Depósitos a Prazo	1.744.781	1.631.506	1.748.027	1.634.203
Depósitos de Poupança	388.523	484.035	388.523	484.035
Depósitos Interfinanceiros	1.264.956	949.370	81.935	56.365
Captação no Mercado Aberto	2.142.731	1.788.616	2.087.974	1.721.738
Atualização e Juros de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	25.676	410.606
Outros ⁽¹⁾	1.204.634	843.521	1.267.135	876.836
Total	6.745.625	5.697.048	5.599.270	5.183.783

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco/Consolidado				
				31/03/2012	31/12/2011
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no Exterior	5.576.111	6.287.957	1.244.121	13.108.189	14.821.684
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	4.685.820	5.822.462	1.149.198	11.657.480	13.648.985
Outras Linhas de Crédito	890.291	465.495	94.923	1.450.709	1.172.699
Obrigações por Repasses do País	1.022.071	2.820.992	6.220.247	10.063.310	10.221.614
Obrigações por Repasses do Exterior	11.364	381.944	105.933	499.241	1.076.625
Total	6.609.546	9.490.893	7.570.301	23.670.740	26.119.923
Circulante				16.100.439	18.265.603
Longo Prazo				7.570.301	7.854.320

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2016 e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,3% a.a. a 13,6% a.a. (31/12/2011 - 0,3% a.a. a 14,9% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

No Banco e no Consolidado, as obrigações de repasses do exterior possuem juros que variam entre 1,5% a.a. a 2,1% a.a. (31/12/2011 - 1,3% a.a. a 2,1% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (31/12/2011 - até o ano de 2014).

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	8.336.094	7.766.647	10.434.348	9.742.170
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.h)	829.790	817.570	996.278	969.485
Passivos Tributários Diferidos	1.565.451	1.403.690	3.504.045	3.472.439
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	168.451	-	499.064	2
Impostos e Contribuições a Pagar	356.971	328.955	404.730	568.211
Total	11.256.757	10.316.862	15.838.465	14.752.307
Circulante	8.045.966	7.306.192	10.203.850	9.387.397
Longo Prazo	3.210.791	3.010.670	5.634.615	5.364.910

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/03/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	630.792	61.528	-	692.320
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	646.056	114.937	-	760.993
Superveniência de Arrendamento Mercantil	115.144	-	(5.179)	109.965
Outros	11.698	-	(9.525)	2.173
Total	1.403.690	176.465	(14.704)	1.565.451

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/03/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	631.132	61.592	(294)	692.430
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	657.036	117.923	(37)	774.922
Superveniência de Arrendamento Mercantil	2.172.560	33.921	(171.972)	2.034.509
Outros	11.711	-	(9.527)	2.184
Total	3.472.439	213.436	(181.830)	3.504.045

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

					Banco/Consolidado 31/03/2012	31/12/2011
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	2.873.447	2.801.102
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.554.984	1.516.018
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.464.685	1.427.982
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	946.442	920.870
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	871.910	848.876
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	R\$447 milhões	104,5% CDI	844.109	822.956
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R\$300 milhões	104,0% CDI	529.422	516.217
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	494.405	482.026
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250 milhões	104,5% CDI	442.277	431.194
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283 milhões	CDI ⁽²⁾	434.038	422.628
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268 milhões	IPCA ⁽³⁾	447.223	431.919
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100 milhões	120,5% CDI	150.524	146.183
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85 milhões	IPCA +7,9%	145.198	140.373
Total					11.198.664	10.908.344
Circulante					674.619	-
Longo Prazo					10.524.045	10.908.344

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

20. Outras Obrigações - Diversas

		Banco		Consolidado
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisão Técnica para Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização (Nota 36)	-	-	1.684.457	1.720.970
Obrigações com Cartões de Crédito	9.700.922	11.004.024	9.700.922	11.004.024
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	4.430.769	4.627.112	4.617.358	4.806.194
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33)	1.304.311	1.246.040	1.304.311	1.246.040
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	310.872	336.068	310.872	336.068
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos- Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.h)	22.959	23.202	22.959	23.202
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	922.326	1.173.165	966.826	1.241.447
Despesas Administrativas	106.256	141.782	146.038	195.648
Outros Pagamentos	162.782	164.338	203.660	196.952
Credores por Recursos a Liberar	610.519	629.516	610.519	629.516
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	114.689	153.296	114.689	153.296
Obrigações por Convênios Oficiais	92.276	85.447	92.276	85.447
Fornecedores	288.421	234.515	322.911	266.092
Outras	1.627.404	1.628.088	1.963.917	1.955.321
Total	19.694.506	21.446.593	22.061.715	23.860.217
Circulante	15.541.640	16.716.082	17.686.791	18.922.345
Longo Prazo	4.152.866	4.730.511	4.374.924	4.937.872

(1) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$249.628 (31/12/2011 - R\$275.743).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	8.336.094	7.766.647	10.434.348	9.742.170
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	4.430.769	4.627.112	4.617.358	4.806.194
Ações Trabalhistas	2.998.403	3.261.334	3.071.680	3.337.704
Ações Cíveis	1.432.366	1.365.778	1.545.678	1.468.490
Total	12.766.863	12.393.759	15.051.706	14.548.364

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/03/2012			Banco 31/03/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.766.647	3.261.334	1.365.778	6.523.044	2.709.904	1.482.239
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	434.425	178.031	114.888	321.575	304.554	26.838
Atualização Monetária	159.433	64.287	28.887	133.557	64.951	35.909
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(9.315)	(505.249)	(77.187)	(322)	(240.027)	(65.213)
Outros	(15.096)	-	-	-	-	-
Saldo Final	8.336.094	2.998.403	1.432.366	6.977.854	2.839.382	1.479.773
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	837.720	807.421	130.045	912.324	825.522	145.898
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	24.097	59.475	5.095	23.972	40.947	20.273
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	861.817	866.896	135.140	936.296	866.469	166.171

	31/03/2012			Consolidado 31/03/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	9.742.170	3.337.704	1.468.490	8.302.715	2.808.836	1.571.006
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	517.119	202.353	141.423	398.158	314.451	42.622
Atualização Monetária	199.556	66.431	32.006	167.292	67.820	38.603
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(9.401)	(534.808)	(96.241)	(452)	(250.233)	(77.519)
Outros	(15.096)	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.434.348	3.071.680	1.545.678	8.867.713	2.940.874	1.574.712
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.638.904	832.358	157.873	1.587.658	848.699	165.971
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	30.488	59.475	5.095	33.801	40.947	20.275
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	1.669.392	891.833	162.968	1.621.459	889.646	186.246

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2012, inclui os pagamentos de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.

(3) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

PIS e Cofins - R\$6.657.850 no Banco e R\$7.386.144 no Consolidado (31/12/2011 - R\$6.168.062 no Banco e R\$6.844.194 no Consolidado): o Banco Santander e as demais instituições do Consolidado ajuizaram medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.463 no Banco e R\$50.322 no Consolidado (31/12/2011 - R\$3.440 no Banco e R\$49.314 no Consolidado): o Banco Santander e as demais instituições do Consolidado ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$457.929 no Banco e R\$1.103.932 no Consolidado (31/12/2011 - R\$419.548 no Banco e R\$1.016.962 no Consolidado): o Banco Santander e demais instituições do Consolidado ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R\$332.056 no Banco e R\$587.145 no Consolidado (31/12/2011 - R\$312.604 no Banco e R\$542.443 no Consolidado): o Banco Santander e as demais instituições do Consolidado discutem administrativa e judicialmente a exigência, por diversos municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$286.464 no Banco e R\$303.066 no Consolidado (31/12/2011 - R\$271.569 no Banco e R\$288.137 no Consolidado): o Banco Santander e as demais instituições do Consolidado discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que acreditamos não possuírem natureza salarial.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis sendo:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$829.790, R\$13.742 e R\$9.217 (31/12/2011 - R\$817.570, R\$14.150 e R\$9.052) no Banco e R\$996.278, R\$13.742 e R\$9.217 (31/12/2011 - R\$969.485, R\$14.150 e R\$9.052) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 20) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Acreditamos que o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, enquanto o Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a sentença final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. Em 31 de março de 2012, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$571 milhões cada.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - a Receita Federal lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador do Grupo Bozano Simonsen, (uma de nossas instituições bancárias anteriores) como obrigações de reembolso para pagamentos feitos por nós e nossas controladas como resultado de passivos originados das atividades do Grupo Bozano Simonsen conduzidas quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo. A Receita Federal entendeu que o valor depositado em favor das referidas entidades corresponde a "renda tributável" e não a reembolsos. Em novembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração. Em fevereiro de 2012 essa decisão foi declarada não sujeita a recurso, de forma que não há passivo fiscal em potencial com relação a essa reivindicação do exercício fiscal de 2002. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de março de 2012, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$655 milhões.

Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$433 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$340 milhões.

CSLL - Anterioridade - Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$109 milhões.

CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela Receita Federal do Brasil, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela Receita Federal do Brasil. Em janeiro de 2012 a classificação de risco do caso foi alterada para perda remota em razão de ter sido acolhida a tese da prescrição. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$162 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - refere-se a processos judiciais e administrativos, decorrentes de autuações fiscais, que visam cobrar contribuições previdenciárias sobre os pagamentos efetuados pelo Banco e empresas do Consolidado, a título de PLR. As Autoridades Fiscais concluíram que não foram atendidos os requisitos da lei. Contra essas cobranças foram interpostos os recursos cabíveis, pois a Administração entende que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação para caracterizar a natureza de pagamento da PLR. O valor envolvido é de aproximadamente R\$275 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal do ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no nosso entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Santander Seguros. Em 31 de março de 2012, o valor era de aproximadamente R\$215 milhões.

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF, o qual aguarda decisão. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	16.931.854	16.797.976	33.729.830	16.000.704	16.052.894	32.053.598
De Domiciliados no Exterior	195.909.878	169.404.409	365.314.287	196.841.028	170.149.491	366.990.519
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em Tesouraria	(499.054)	(453.685)	(952.739)	(391.254)	(355.685)	(746.939)
Total em Circulação	212.342.678	185.748.700	398.091.378	212.450.478	185.846.700	398.297.178

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	31/03/2012	
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	400.000	0,9600
Total Acumulado em 31 de Março de 2012	400.000	

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160, preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600, líquidos de impostos.

(2) O valor dos juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e serão pagos em data a ser oportunamente informada, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	31/03/2011	
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	600.000	1,4366
Total Acumulado em 31 de Março de 2011	600.000	

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2011, ordinárias - R\$1,2211, preferenciais - R\$1,3432 e Units - R\$134,3184, líquidos de impostos.

(2) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao resultado do exercício de 2011 e pagos em 29 de agosto de 2011.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2011, foi deliberado o cancelamento do Programa de Recompra em vigor nesta data e aprovado um novo Programa de Recompra de Units de emissão do Banco, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, válido até 24 de agosto de 2012.

O novo Programa de Recompra tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e (2) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman.

Em 2012 foram adquiridas 1.997.600 Units que permaneceram em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de março de 2012 é de 7.378.800 Units (31/12/2011 - 5.380.800), equivalente a R\$115.144 (31/12/2011 - R\$79.547). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$14,10, R\$15,61 e R\$18,52. Em 2011 foram também adquiridas e permaneciam em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante de R\$32.270. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de março de 2012 era de R\$16,80 por Unit e US\$9,17 por ADR.

Adicionalmente, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em um ganho de R\$7, registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido por resultados não realizados de R\$33.557 (31/12/2011 - R\$35.135). No primeiro trimestre de 2012, foram realizados resultados no valor de R\$860 (31/03/2011 - R\$379).

23. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	31/03/2012	31/12/2011
Patrimônio de Referência Nível I	65.308.530	64.759.590
Patrimônio de Referência Nível II	6.628.731	6.642.092
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II)	71.937.261	71.401.682
Patrimônio de Referência Exigido	32.992.979	31.701.580
Parcela de Risco de Crédito ⁽²⁾	29.532.131	28.761.446
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	1.612.766	1.219.396
Parcela de Risco Operacional	1.848.082	1.720.738
Índice de Basileia II ⁽⁴⁾	24,0%	24,8%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para a carteira de pessoas físicas, a Circular Bacen 3.515 de 3/12/2010, introduziu a ponderação de risco de 150% para operações de crédito acima de 24 meses, permitindo algumas exceções dado o tipo da operação, prazo e garantias relacionadas. Contudo, em 11 de novembro de 2011, o Bacen revogou a Circular 3.515 e publicou a Circular 3.563 que exige a aplicação da ponderação de 150% para as operações de financiamento de veículos com prazo contratual acima de 24 e de até 60 meses, reduz a ponderação de risco para crédito consignados contratados anterior a esta circular de 150% para 75% e eleva a ponderação de risco para 300% as operações de crédito consignado e crédito pessoal sem propósito específico com prazo acima de 60 meses, contratadas a partir de 14 de novembro de 2011.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

(4) Desconsiderando o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e AAB Dois Par., conforme determinado pela regra internacional, o índice de Basileia II é de 19,8% (31/12/2011 - 19,9%)

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 23 de março de 2012, aprovou conforme recomendação do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2012, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. Adicionalmente, foi aprovada a proposta de remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria para o período de 12 meses a contar de 24 de março de 2012, no montante de até R\$3.960. Ambas as propostas serão objetos de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2012.

b) Benefícios de Longo Prazo

O Banco Santander, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

c) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração Fixa	12.009	12.288
Remuneração Variável	26.340	55.427
Pagamento Baseado em Ações	9.936	8.044
Outras	2.771	2.606
Total ^{(1) (2)}	51.056	78.365

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander, e em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

(2) No período de 3 meses findo em 31 de março de 2012, foi aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$1.011. Em 31 de março de 2011, foi pago aos Administradores da Santander Seguros e da Santander Brasil Asset o montante de R\$1.764

Adicionalmente, no período de três meses findo em 31 de março de 2012, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$11.078 (31/03/2011 - R\$6.564).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

f) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/03/2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	62.040.912	29,2%	51.780.792	27,9%	113.821.704	28,6%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,9%	86.492.330	46,6%	186.019.413	46,7%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	884.725	0,4%	804.295	0,4%	1.689.020	0,4%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	259.350	0,1%	237.035	0,1%	496.385	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	49.423.944	23,3%	46.434.248	25,0%	95.858.192	24,1%
Total	212.342.678	100,0%	185.748.700	100,0%	398.091.378	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2011	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	72.876.994	34,3%	61.631.776	33,2%	134.508.770	33,8%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,7%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.538.079	17,7%	35.628.926	19,2%	73.167.005	18,3%
Total	212.450.478	100,0%	185.846.700	100,0%	398.297.178	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Em 31 de março de 2012, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Vendas de ADS do Banco Santander Espanha e Aumento do "Free Float"

Em 22 de março de 2012 o Banco Santander Espanha informou ao Santander Brasil que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/02, e conforme o compromisso firmado de atingir o free-float de 25% do capital social do Santander Brasil, reduziu a sua participação no capital social do Santander Brasil em 5,76%, o que resultou no aumento do free-float do Banco Santander para 24,12%. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) é resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Santander Brasil efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Banco Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos. Após estas operações, o Banco Santander Espanha, diretamente e indiretamente, passa a deter 76,6% do capital votante e 75,8% do capital total do Banco Santander das ações em circulação.

g) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Banco	
	31/03/2012	31/12/2011	Receitas (Despesas)	31/03/2011
Disponibilidades	150.099	228.821	-	-
Banco Santander Espanha	147.837	227.724	-	-
Diversos	2.262	1.097	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.019.300	36.202.547	1.040.878	569.792
Aymoré CFI	41.220.357	35.385.466	1.024.056	558.469
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	2.062.627	-	1.575	1.455
Diversos	736.316	817.081	15.247	9.868
Títulos e Valores Mobiliários	33.807.125	32.995.982	811.133	780.812
Santander Leasing	33.807.125	32.995.982	811.133	780.812
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(349.199)	(402.010)	(58.659)	52.729
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux)	(191.755)	(308.821)	(4.309)	55.971
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana)	(106.906)	(94.573)	(15.512)	(1.611)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury)	(34.359)	(39.102)	(10.754)	(2.546)
Banco Santander Espanha	(19.574)	36.276	(28.319)	(1.727)
Diversos	3.395	4.210	235	2.642
Dividendos e Bonificações a Receber	16.490	82.881	41.525	-
Aymoré CFI	-	25.630	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	2.640	-
Banco Bandepe	-	-	35.000	-
Sancap Investimentos e Participações S.A.	-	34.734	-	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	16.490	6.017	-	-
Diversos	-	16.500	3.885	-
Negociação e Intermediação de Valores	272.271	359.726	58	1.328
Santander Benelux	216.046	262.818	58	107
Abbey National Treasury	9.438	1.369	-	-
Banco Santander Espanha	46.787	95.539	-	1.221
Carteira de Câmbio - Líquida	(11.673)	(61.915)	29.837	(1.353)
Banco Santander Espanha	(11.673)	(61.915)	29.837	(1.353)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	496.304	435.710	141.721	116.140
Santander Seguros	432.851	299.422	47	11.069
Santander Capitalização	14.802	14.155	48.535	45.390
Aymoré CFI	-	-	59.486	39.524
Banco Santander Espanha	-	-	6	425
Santander Leasing	-	59.338	18.924	11.163
Diversos	48.651	62.795	14.723	8.569
Outros Créditos - Diversos	80.092	88.770	3.094	4.947
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign)	77.268	77.692	-	-
Banco Santander Espanha	1.741	5.402	278	4.255
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	-	1.225	-
Santander Capitalização	1.004	1.694	832	514
Diversos	79	3.982	759	178
Depósitos	(55.287.295)	(49.687.709)	(1.246.289)	(929.866)
Santander Leasing	(36.834.950)	(35.775.475)	(880.669)	(645.452)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.461.440)	-	(3.760)	-
Aymoré CFI	(15.836.483)	(11.636.854)	(335.158)	(229.579)
Banco Bandepe	(685.549)	(2.063.340)	(22.539)	(42.821)
Diversos	(468.873)	(212.040)	(4.163)	(12.014)
Operações Compromissadas	(3.584.811)	(3.244.688)	(59.715)	(74.662)
Fundo de Investimento Santillana	-	(223.252)	(1.922)	(5.235)
SB Advisory	(16.719)	(48.401)	(1.045)	(1.577)
Webmotors S.A.	(48.182)	(45.798)	(1.128)	(1.103)
SB Consórcio	(177.135)	(169.135)	(4.170)	(3.519)
Isban Brasil S.A.	(32.680)	(110.240)	(1.875)	(1.687)
Produban Informática	(22.097)	(47.898)	(868)	(798)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa	(1.591.763)	(1.158.102)	(12.992)	(27.436)
Santander Leasing	(1.000.120)	(1.000.136)	(24.745)	(26.451)
Santander CCVM	(149.744)	(144.798)	(3.651)	(2.656)
Santander Participações S.A. (atual denominação social da Santander Advisory Services S.A.)	(347.014)	(110.599)	(2.728)	(138)
Diversos	(199.357)	(186.329)	(4.591)	(4.062)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(697.109)	(1.367.964)	(72.644)	(38.980)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(508.905)	(1.200.207)	(72.620)	(38.980)
Diversos	(188.204)	(167.757)	(24)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(257.567)	(911.619)	-	-
Sterrebeeck B.V.	(158.850)	(520.615)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L.	(97.104)	(379.617)	-	-
Diversos	(1.613)	(11.387)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(44.360)	34.293	(75.718)	(45.824)
Produban Informática	-	-	(35.231)	(27.285)
Isban Brasil S.A.	-	-	(21.739)	(12.472)
Microcrédito	(2.775)	(3.088)	(7.703)	(5.753)

	Ativos (Passivos)		Banco	
			Receitas (Despesas)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Banco Santander Espanha	(4.211)	(2.813)	(73)	-
Santander Seguros	(25.923)	(28)	(61)	(82)
Diversos	(11.451)	(686)	(10.911)	(232)
Outras Obrigações - Diversas	(2.030.504)	(2.161.292)	(40.499)	(26.553)
Banco Santander Espanha	(1.036)	(1.054)	(12.300)	(1.021)
Brazil Foreign	(2.029.468)	(2.152.543)	(14.016)	(12.399)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería)	-	-	(3.715)	(3.947)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios)	-	-	(604)	(2.007)
Santander Seguros	-	-	(2.810)	-
Diversos	-	(7.695)	(7.054)	(7.179)
	Ativos (Passivos)		Consolidado	
			Receitas (Despesas)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Disponibilidades	1.966.918	228.821	-	-
Banco Santander Espanha	1.964.656	227.724	-	-
Diversos	2.262	1.097	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.062.627	-	1.575	1.455
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	2.062.627	-	1.575	1.455
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(352.594)	(406.220)	(58.894)	51.686
Santander Benelux	(191.755)	(308.821)	(4.309)	55.971
Fundo de Investimento Santillana	(106.906)	(94.573)	(15.512)	(1.611)
Abbey National Treasury	(34.359)	(39.102)	(10.754)	(2.546)
Banco Santander Espanha	(19.574)	36.276	(28.319)	(1.727)
Diversos	-	-	-	1.599
Negociação e Intermediação de Valores	272.271	359.726	58	1.328
Banco Santander Espanha	46.787	95.539	-	1.221
Santander Benelux	216.046	262.818	58	107
Abbey National Treasury	9.438	1.369	-	-
Carteira de Câmbio - Líquida	(11.673)	(61.915)	29.837	(1.353)
Banco Santander Espanha	(11.673)	(61.915)	29.837	(1.353)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	479.846	356.187	21.454	1.413
Banco Santander Espanha	-	-	6	425
Santander Asset Management, S.A. SGIIC. (Espanha)	-	-	-	551
Produban Informática	-	-	-	98
Isban Brasil S.A.	-	-	165	165
Fundo de Investimento Santillana	-	-	-	127
Santander Seguros	-	299.626	15.043	-
SB Seguros	433.198	56.561	6.233	-
Diversos	46.648	-	7	47
Outros Créditos - Diversos	21.155	35.503	26.455	4.225
Banco Santander Espanha	1.787	5.438	278	4.225
Santander Seguros	19.312	27.011	25.707	-
Diversos	56	3.054	470	-
Depósitos	(1.748.214)	(42.222)	(3.804)	(1.204)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.461.440)	-	(3.760)	-
Santander Seguros	(15.354)	(31.062)	-	-
SB Seguros	(8.479)	(6.851)	-	-
Isban Brasil S.A.	(25.178)	(100)	(30)	(1.062)
Diversos	(237.763)	(4.209)	(14)	(142)
Operações Compromissadas	(96.759)	(384.144)	(4.957)	(7.784)
Fundo de Investimento Santillana	-	(223.252)	(1.922)	(5.235)
Produban Informática	(22.097)	(47.898)	(868)	(798)
Isban Brasil S.A.	(32.680)	(110.240)	(1.875)	(1.687)
REB - Empreendimentos e Administradora de Bens	(41.835)	(2.402)	(272)	-
Diversos	(147)	(352)	(20)	(64)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(697.109)	(1.367.964)	(72.644)	(38.980)
Banco Santander Espanha	(508.905)	(1.200.207)	(72.620)	(38.980)
Diversos	(188.204)	(167.757)	(24)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(257.567)	(911.619)	-	-
Sterrebeeck B.V.	(158.850)	(520.615)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L.	(97.104)	(379.617)	-	-
Diversos	(1.613)	(11.387)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(32.744)	(2.999)	(72.290)	(39.791)
Banco Santander Espanha	(4.370)	(2.919)	(73)	-
Produban Informática	-	-	(35.231)	(27.285)
Isban Brasil S.A.	(2.399)	-	(21.739)	(12.472)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	-	-	(5.140)	-
Santander Seguros	(25.973)	(78)	(4.902)	-
Diversos	(2)	(2)	(5.205)	(34)

	Ativos (Passivos)		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Outras Obrigações - Diversas	(72.198)	(86.953)	(32.951)	(26.553)
Banco Santander Espanha	(1.036)	(1.054)	(12.300)	(1.021)
Brazil Foreign	-	-	-	(12.399)
Ingeniería	-	-	(3.715)	(3.947)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	-	-	(604)	(2.007)
Santander Seguros	(69.250)	(74.694)	(9.007)	-
SB Seguros	(1.310)	(1.039)	(271)	-
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(5.375)	(5.381)
Diversos	(602)	(10.166)	(1.679)	(1.798)

(1) No primeiro trimestre de 2012, refere-se à aplicações em moeda estrangeira (aplicações "overnight"), com vencimento em abril de 2012 e juros de 0,17% a.a.

(2) No primeiro trimestre de 2012, refere-se à captação de recursos através de depósitos a prazo ("Time Deposits"), no valor de R\$730.395 com vencimento em 27 de agosto de 2012 e juros de 2,56% a.a. e R\$731.045 com vencimento em 27 de dezembro de 2012 e juros de 3,63% a.a.

(3) No primeiro trimestre de 2012, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior, totalizando R\$508.905 com vencimento até janeiro de 2015 e juros entre 0,45% e 5,82% a.a. (em 31/12/2011, o valor era de R\$1.200.207, com juros entre 0,39% e 5,82% a.a.).

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Administração de Recursos	272.958	265.467	326.931	315.323
Serviços de Conta Corrente	395.210	357.099	392.998	356.513
Operações de Crédito	139.683	139.428	272.103	220.560
Comissões de Seguros	460.388	470.530	459.747	449.015
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	610.747	472.734	645.994	472.734
Cobrança e Arrecadações	171.175	146.044	171.175	146.017
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	50.316	53.892	87.192	84.579
Outras	64.347	46.537	117.247	96.831
Total	2.164.824	1.951.731	2.473.387	2.141.572

26. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração	797.607	734.376	839.126	766.677
Encargos	312.582	303.732	330.277	317.436
Benefícios	246.702	222.256	261.786	232.424
Treinamento	23.729	28.725	23.849	28.868
Outras	3.822	2.819	3.914	2.950
Total	1.384.442	1.291.908	1.458.952	1.348.355

27. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	1.302.300	1.080.877	1.306.109	1.121.993
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	476.947	436.604	522.288	472.198
Comunicações	146.543	151.219	149.591	155.062
Processamento de Dados	304.816	280.209	307.156	282.995
Propaganda, Promoções e Publicidade	78.979	57.811	86.253	62.640
Aluguéis	146.006	128.031	146.766	130.108
Transportes e Viagens	42.126	37.077	50.408	42.783
Serviços do Sistema Financeiro	59.013	56.494	63.636	63.230
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	136.666	123.524	136.687	123.770
Manutenção e Conservação de Bens	47.249	46.359	47.723	47.001
Água, Energia e Gás	44.836	41.899	44.893	42.318
Material	27.314	25.269	27.734	25.682
Outras	57.053	56.330	56.008	60.118
Total	2.869.848	2.521.703	2.945.252	2.629.898

(1) Inclui amortização de ágio no valor de R\$909.246 em 2012, no Banco e no Consolidado (31/03/2011 - R\$775.875 no Banco e R\$813.708 no Consolidado), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

28. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Despesa com Cofins	413.088	330.044	473.943	383.962
Despesa com ISS	80.894	97.135	99.911	112.635
Despesa com PIS/Pasep	68.081	53.632	78.209	62.639
Outras	168.731	121.058	193.503	139.657
Total	730.794	601.869	845.566	698.893

29. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receita Líquida de Prêmios, Rendas de Previdência e Capitalização	-	-	105.001	188.005
Atualização de Depósitos Judiciais	76.519	87.007	99.559	102.098
Recuperação de Encargos e Despesas	146.306	118.252	101.626	69.387
Reversão de Provisões Operacionais	118.601	49.965	126.486	57.019
Variação Monetária Ativa	43.900	86	43.931	122
Dividendos e Bonificações	41.525	99.332	1	1.937
Avaliação do Valor Recuperável	58	-	58	-
Outras	52.041	26.561	69.828	37.241
Total	478.950	381.203	546.490	455.809

30. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 21.c)	35.700	23.743	47.896	31.483
Trabalhistas (Nota 21.c)	178.031	304.554	202.662	314.535
Cíveis (Nota 21.c)	114.888	26.838	141.423	43.288
Outras	170.583	170.220	202.786	205.011
Despesas com Cartão de Crédito	306.674	175.070	306.676	175.070
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 33.a)	71.670	44.442	71.670	44.442
Variação Monetária Passiva	18.333	15.455	18.370	17.485
Despesas Judiciais e Custas	22.571	9.690	27.571	11.133
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	14.864	14.825	17.589	17.386
Avaliação do Valor Recuperável	-	1.100	-	1.100
Corretagens e Emolumentos	13.233	10.521	13.277	10.526
Comissões	19.614	6.218	22.843	10.614
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Concedido	2.422	2.586	2.422	2.586
Outras	313.682	212.313	372.164	259.019
Total	1.282.265	1.017.575	1.447.349	1.143.678

31. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Resultado de Investimentos	14.016	28.125	24.492	29.100
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(610)	668	(3)	914
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	6.180	1.819	6.173	1.844
Despesas com Bens não de Uso	(3.431)	(2.796)	(3.863)	(3.110)
Ganhos (Perdas) de Capital	5.853	(1.115)	5.853	8
Outras Receitas (Despesas)	9.785	14.276	10.293	14.731
Total	31.793	40.977	42.945	43.487

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.369.827	1.375.157	1.661.552	1.667.831
Participações no Lucro	(334.371)	(295.432)	(364.935)	(312.841)
Juros sobre o Capital Próprio	(400.000)	(600.000)	(400.000)	(600.000)
Resultado não Realizado	-	-	(273)	379
Resultado antes dos Impostos	635.456	479.725	896.344	755.369
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social				
às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(254.182)	(191.890)	(358.538)	(302.147)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	145.976	159.454	154	428
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	15.372	22.243	24.133	27.164
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(130.821)	(134.128)	(130.821)	(134.128)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	43.954	58.001	43.954	63.132
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽¹⁾	-	-	8.999	6.163
Demais Ajustes, incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	1.590	19.935	2.821	15.562
Imposto de Renda e Contribuição Social	(178.111)	(66.385)	(409.298)	(323.826)

(1) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

33. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego
a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22/05/1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22/05/1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): em julho de 2009, após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), as reservas individuais dos planos de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido e contribuição variável, sob responsabilidade da Fasass foi transferida à sociedade de previdência privada complementar não integrante do Conglomerado Santander. Essa operação teve como objetivo oferecer aos participantes assistidos e beneficiários a opção de receber um benefício equivalente ao que fazem jus por meio de PGBLs, tendo em vista a retirada do patrocínio por parte do Banco aprovada pela SPC em 27 de fevereiro de 2009. Para os participantes que aderiram aos novos planos PGBLs, o Banco Santander efetuou transferência de R\$26.963, com a finalidade de compor a reserva matemática de benefícios concedidos.

Previban - Previdência Privada Paraiban (Previban): em março de 2009, foi concluído o processo de retirada de patrocínio da Previban, com a liquidação de R\$213 das obrigações atuariais.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/03/2012			
	Banesprev	Sanprev Planos I e II	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	14.925.995	78.403	360.679	1.025.142
Valor Justo dos Ativos do Plano	(13.234.324)	(154.104)	(2.853)	(1.289.427)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(1.305.475)	-	(152.770)	-
Ganhos Atuariais	124.782	19.411	-	113.115
Valor não Reconhecido como Ativo	170.373	44.159	-	150.167
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2011	-	(12.131)	-	(1.003)
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2011	681.351	-	205.056	-
Contribuições Efetuadas	(14.381)	-	(10.162)	-
Despesas (Receita) Reconhecidas	56.866	(109)	14.676	237
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em 31 de Março de 2012	723.836	(109)	209.570	237

Os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida foram de R\$13.038 (31/03/2011 - R\$14.688) no Banco e R\$13.286 (31/03/2011 - R\$14.944) no Consolidado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 10,4%.

Taxa de Rendimento Nominal Esperada sobre Ativos do Plano:

- Banesprev - Plano I - 10,9%.
- Banesprev - Plano II - 12,4%.
- Banesprev - Plano III - 12,4%.
- Banesprev - Plano IV - 10,7%.
- Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 10,7%.
- Banesprev - Plano V - 10,7%.
- Sanprev - 10,6%.
- Bandeprev - 10,5%.
- SantanderPrevi - 10,7%.
- Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,4%.

Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,9%.

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepe e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Santander subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Clínica Grátis: plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermária.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/03/2012	
	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	4.751.376	419.544
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.416.650)	(119.246)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):		
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	-	(56.919)
Ganhos Atuariais	-	38.256
Valor não Reconhecido como Ativo	(408.344)	77.998
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2011	(73.618)	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2011	-	359.633
Contribuições Efetuadas	-	(3.714)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	-	11.702
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	-	3.156
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Março de 2012	-	370.777

c) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

c.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP	
	PI13 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
	% de Ações Passíveis de Exercício	
1º	50%	100%
2º	35%	75%
3º	25%	50%
4º	0%	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,58%	60,93%
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%

	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	55,20%	60,93%
Valor Justo das Opções de Ações	R\$7,08	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 em março de 2012 é de R\$16,90 (2011 - R\$19,32).

Em 31 de março de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$7.445 (31/03/2011 - R\$9.901) no Banco e R\$7.588 (31/03/2011 - R\$10.359) no Consolidado, referentes ao plano SOP e R\$6.158 (31/03/2011 - R\$10.597) no Banco e R\$6.272 (31/03/2011 - R\$11.146) no Consolidado, referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.561 no Banco e R\$1.643 no Consolidado como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

	Quantidade de Ações	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(106.718)	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	40.479	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Concedidas (PI13 - PSP)	1.498.700	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(130.493)	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	14.450.000	14,31	2011	Executivos	26/out/2011	31/dez/2013
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(11.400)	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(21.163)	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	650.000	14,31	2011	Executivos	26/out/2011	31/dez/2013
Saldo dos Planos em 31 de Março de 2012	30.283.937					
Plano SOP	12.663.338	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
PI12 - PSP	1.173.555	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
PI13 - PSP	1.347.044	-	2011	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
SOP 2014	15.100.000	14,31	2011	Executivos	26/out/2011	31/dez/2013
Total	30.283.937					

c.2) Programa Global
Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros Sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248				
Opções Exercidas (PI11)	(1.783.945)	2008	Executivos	21/jun/2008	31/jul/2011
Opções Canceladas (PI11)	(527.286)	2008	Executivos	21/jun/2008	31/jul/2011
Opções Concedidas (PI14)	531.684	2011	Executivos	01/jul/2011	31/jul/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Março de 2012	1.670.701				
Plano I12	541.206	2009	Executivos	19/jun/2009	31/jul/2012
Plano I13	597.811	2010	Executivos	01/jul/2010	31/jul/2013
Plano I14	531.684	2011	Executivos	01/jul/2011	31/jul/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Março de 2012	1.670.701				

Em 31 de março de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$1.399 (31/03/2011 - R\$3.639) no Banco e R\$1.452 (31/03/2011 - R\$3.919) no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

c.3) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de Fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O plano está dividido em 3 programas:

- a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. Em 31 de março de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$2.339 no Banco e R\$2.105 no Consolidado.
- b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em Units "SANB11". Em 31 de março de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$150, no Banco e no Consolidado referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$5.605 no Banco e R\$5.695 no Consolidado como despesas de pessoal.
- c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 120% do CDI. Em 31 de março de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$439 no Banco e R\$445 no Consolidado.

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera com apetites locais e de acordo com a cultura de risco do Grupo Santander, em linha com os objetivos de desempenho locais e globais. Segue as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Em nossas operações, estamos expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos do Banco Santander, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.

- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

- Risco socioambiental: o gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de Políticas e Procedimentos, quem constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto do Grupo Santander. Suas principais atribuições são:

- Aprovar propostas e operações e limites de clientes e carteiras;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho, e alinhadas com as políticas do Grupo Santander;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais e reporta-se ao presidente do Banco Santander e ao Diretor Corporativo de Riscos do Grupo Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que se encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

A função de Riscos de Crédito e Mercado é desenvolver políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito de acordo com o apetite de riscos e a estratégia definida pela Comissão Executiva. Além disso, a área é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

Nossa gestão de riscos é feita de acordo com as características dos clientes:

- Gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão é feita por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Gestão Estandarizada: pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Para que as operações de crédito sejam realizadas com segurança e de acordo com as normas vigentes, coletamos documentos e informações que determinem o risco envolvido, os volumes de garantias e provisões necessários, identificando o tomador e a contraparte. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados, no mínimo, anualmente para estar sempre de acordo com as nossas necessidades e com os cenários do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado pela diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de Varejo. Aspectos macroeconômicos, condições de mercado, concentração setorial e geográfica, perfil dos clientes e perspectivas econômicas também são avaliados.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, RORAC e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimado pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Santander.

a) Modelos de Rating

O Banco Santander utiliza modelos próprios de rating para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado à probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência do banco. No Banco Santander, os ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas freqüentemente, além do cumprimento das obrigações financeiras nos termos acordados. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo banco.

Portanto, as classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente e incorporam a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A regularidade dessas novas avaliações é elevada para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

b) Perdas e Custo de Crédito

Estimamos mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente, as comparamos aos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente realizamos análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apóiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre o gerenciamento de risco são apresentados à administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do banco. Para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente são realizadas simulações de situações de risco.

Todas as informações sobre a estrutura e os procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander, à disposição do Banco Central e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas.

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;

- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e

- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

Processo que identifica o interesse do banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação). Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação em função do capital econômico alocado. Para os demais grupos de empresas, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado, em valores nominais máximos de crédito, por cada prazo.

Para os riscos de clientes estandarizados, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado. O cálculo/aprovação dos limites está baseado nos modelos de scoring e comportamentais.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada numa periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou uma nova operação. Além disso, também é analisado o rating sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para controle da qualidade do crédito, formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

A área baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma que sejam tomadas ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi criado um sistema denominado "firmas sob vigilância especial" (FEVE), que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, afiançar, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que, nesse caso, é aconselhável um acompanhamento mais próximo, com o intuito de tomar medidas oportunas para correção e prevenção, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da ação.

Os clientes classificados no FEVE são revisados semestralmente ou a cada trimestre, no caso de categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, da decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático. O rating atribuído é revisado pelo menos uma vez ao ano.

Em relação a riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito, em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

A gestão do capital considera os requisitos regulatórios e fatores econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating, e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através de emissões de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos. O surgimento de modelos de capital econômico, tem como objetivo tratar problemas fundamentais do capital regulamentar, além de modelos essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação do capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

Utiliza ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Os clientes com probabilidade de efetuar o pagamento são classificados como de baixo risco, e uma maior atenção é dada à manutenção de um saudável relacionamento com eles. Os clientes com pouca probabilidade de efetuar o pagamento, por sua vez, são classificados como de alto risco, e passam a ser acompanhados de maneira mais próxima. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos reescalados possuem restrições internas.

As estratégias e os canais de atuação de cobrança são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante essa fase, com o intuito de recuperar os clientes.

Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

h) Outras Informações

(i) O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

35. Informações Complementares - Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do Consolidado

De acordo com a Instrução CVM 485/2010, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS ⁽²⁾, nos períodos apresentados a seguir:

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP ⁽¹⁾		66.104.875	65.578.565
Ajustes de IFRS, Líquidos de Impostos, quando Aplicável:			
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	c	15.944	13.840
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	374.271	303.686
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	1.101.469	1.128.106
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	d	493.058	545.763
Reversão da Amortização do Ágio	e	10.695.461	9.786.227
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	f	699.050	708.533
Pagamento Baseado em Ações	g	-	34.132
Outros		(53.686)	(85.820)
Patrimônio Líquido Atribuível à Controladora em IFRS		79.430.442	78.013.032
Participações Não-Controladoras em IFRS		21.793	18.960
Patrimônio Líquido (Incluindo Participações Não-Controladoras) em IFRS		79.452.235	78.031.992

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP ⁽¹⁾		856.485	1.012.961
Ajustes de IFRS, Líquidos de Impostos, quando Aplicável:			
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	c	8.297	2.794
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	1.333	(10.343)
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	(26.637)	226.391
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	d	(52.705)	36.313
Reversão da Amortização do Ágio	e	909.234	775.862
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	f	(9.483)	(26.061)
Outros		32.143	50.782
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em IFRS		1.718.667	2.068.699
Participações Não-Controladoras em IFRS		4.541	2.472
Lucro Líquido (Incluindo Participações Não-Controladoras) em IFRS		1.723.208	2.071.171

(1) Critério contábil adotado pelo Bacen e CVM.

(2) "International Financial Reporting Standards".

a) Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

b) Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Adicionalmente, o patrimônio líquido acumula os ajustes da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, conforme as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios".

c) Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

d) Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

e) Reversão da Amortização do Ágio

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco ABN Amro Real S.A. representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12, relativo às diferenças temporárias.

f) Realização dos Ajustes do Preço de Compra

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

g) Pagamento Baseado em Ações

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 "Pagamento Baseado em Ações", o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas". Em janeiro de 2012, o BRGAAP passou a adotar a resolução CMN 3.989/11 o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

36. Reestruturação Societária
a) Venda da Santander Seguros

Com base na aprovação prévia emitida pela Susep no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação") da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral Santander Seguros para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha (Zurich Santander) detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Banco Santander à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Banco Santander, no montante total líquido de R\$2.741.102. O lucro reconhecido nesta operação foi de R\$648.783, registrado na rubrica resultado não operacional na linha de resultado de investimentos.

O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011, e uma vez definido, o Banco Santander irá divulgá-lo ao público em geral e realizar a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei 6.404/1976.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Como parte da Operação, o Banco distribuirá exclusivamente os produtos de seguros nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da Susep.

b) Cisão Parcial da Santander Seguros com Versão da Parcela Cindida para Constituição da Sancap

No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio para constituição de uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização (Nota 14).

O processo de Cisão Parcial da Santander Seguros com a consequente constituição da Sancap foi aprovada pela Susep em 9 de agosto de 2011.

37. Outras Informações

a) No Banco e no Consolidado, as coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$23.608.797 (31/12/2011 - R\$23.258.539).

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$120.967.382 (31/12/2011 - R\$113.021.778) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$127.996.458 (31/12/2011 - R\$122.717.246) registrados em contas de compensação.

c) No Banco e no Consolidado, os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de março de 2012, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.232.937 (31/12/2011 - R\$1.232.937) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$157.650 (31/12/2011 - R\$157.650), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Ativos (Passivos)		Banco/Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	22.794	41.681	723	471
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(22.794)	(41.681)	(723)	(471)
Resultado Líquido			-	-

Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de março de 2012 é de R\$1.637.731, sendo R\$506.488 em até 1 ano, R\$1.023.797 entre 1 a 5 anos e R\$107.445 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.345 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R\$140.415 no período findo em 31 de março de 2012.

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Av. Juscelino Kubitschek, 2235 -10 andar

São Paulo – SP – Brasil – 04543-011

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br